

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV.COLARES MOREIRA, 477		2 - BAIRRO OU DISTRITO RENASCENCA II	
3 - CEP 65075-441	4 - MUNICÍPIO SÃO LUIS		5 - UF MA
6 - DDD 098	7 - TELEFONE 3217-2120	8 - TELEFONE 3217-2119	9 - TELEFONE 3217-2307
10 - TELEX 982115			
11 - DDD 098	12 - FAX 3235-0424	13 - FAX 3217-2258	14 - FAX 3217-2219
15 - E-MAIL gilmar.estrela@cemar-ma.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME LEONARDO DUARTE DIAS			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV.COLARES MOREIRA, 477		3 - BAIRRO OU DISTRITO RENASCENCA II	
4 - CEP 65075-441	5 - MUNICÍPIO SÃO LUIS		6 - UF MA
7 - DDD 098	8 - TELEFONE 3217-2123	9 - TELEFONE 3217-2120	10 - TELEFONE 3217-2307
11 - TELEX 982115			
12 - DDD 098	13 - FAX 3235-7161	14 - FAX 3217-3797	15 - FAX -
16 - E-MAIL leonardo.dias@cemar-ma.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2006	31/12/2006
2 - Penúltimo	01/01/2005	31/12/2005
3 - Antepenúltimo	01/01/2004	31/12/2004
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO VÂNIA ANDRADE DE SOUZA		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 671.396.717-53

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2006	2 31/12/2005	3 31/12/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	15.951.712.445	15.744.080.411	15.744.080.411
2 - Preferenciais	286.496.101	286.496.100	286.496.100
3 - Total	16.238.208.546	16.030.576.511	16.030.576.511
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO/E	10/03/2006	Dividendo	21/03/2006	ON	0,0000052177
02	AGO/E	10/03/2006	Dividendo	21/03/2006	PNA	0,0000055308
03	AGO/E	10/03/2006	Dividendo	21/03/2006	PNB	0,0000057395

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 05/03/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	1.532.618	1.301.722	889.160
1.01	Ativo Circulante	471.974	398.405	344.877
1.01.01	Disponibilidades	199.443	154.296	143.723
1.01.01.01	Caixa	2.951	644	1.032
1.01.01.02	Contas Bancárias à Vista	38.235	21.330	25.724
1.01.01.03	Ordens de Pagamento Emitidas	1.020	0	0
1.01.01.04	Fundos de Caixa	385	236	286
1.01.01.05	Aplicações em Mercado Aberto	147.829	132.086	116.681
1.01.01.06	Numerários em Trânsito	9.023	0	0
1.01.02	Créditos	168.122	137.363	143.397
1.01.02.01	Clientes	168.122	137.363	143.397
1.01.02.01.01	Consumidores e Revendedores	198.299	163.798	201.519
1.01.02.01.02	(-)Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	(30.177)	(26.435)	(58.122)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	8.235	3.358	2.806
1.01.04	Outros	96.174	103.388	54.951
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	21.009	19.543	16.203
1.01.04.02	Baixa Renda	11.273	9.167	7.657
1.01.04.03	Pagamentos Antecipados	33.698	44.299	14.619
1.01.04.04	IR/CSLL Diferidos	23.644	21.480	0
1.01.04.05	Depósitos Judiciais	0	0	1.035
1.01.04.06	Outros Créditos a Receber	6.550	8.899	15.437
1.02	Ativo Não Circulante	1.060.644	903.317	544.283
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	335.461	274.351	40.446
1.02.01.01	Créditos Diversos	335.461	274.351	40.446
1.02.01.01.01	Consumidores e Revendedores	15.719	16.537	19.350
1.02.01.01.02	Impostos a Recuperar	34.231	17.337	5.853
1.02.01.01.03	Pagamentos Antecipados	79.156	2.676	15.243
1.02.01.01.04	IR/CSLL Diferidos	206.355	237.801	0
1.02.01.01.05	Depósitos Judiciais	0	0	0
1.02.01.01.06	Outros Créditos a Receber	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	725.183	628.966	503.837
1.02.02.01	Investimentos	221	221	34
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2006	4 -31/12/2005	5 -31/12/2004
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	221	221	34
1.02.02.02	Imobilizado	724.962	628.745	503.803
1.02.02.02.01	Imobilizado	1.080.996	817.507	645.775
1.02.02.02.02	(-)Obrig. Vinculadas à Conc. do Serviço	(356.034)	(188.762)	(141.972)
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	1.532.618	1.301.722	889.160
2.01	Passivo Circulante	475.428	344.849	185.413
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	38.824	25.520	31.887
2.01.01.01	Encargos da Dívida	1.244	199	567
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	37.580	25.321	31.320
2.01.02	Debêntures	6.417	6.263	6.785
2.01.03	Fornecedores	157.579	117.306	71.648
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	40.887	55.540	40.653
2.01.05	Dividendos a Pagar	164.900	84.833	0
2.01.06	Provisões	19.925	11.935	8.960
2.01.06.01	Provisões de Férias e Encargos	15.971	11.360	8.960
2.01.06.02	Provisão para Contingências	3.954	575	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	46.896	43.452	25.480
2.01.08.01	Folha de Pagamento	409	684	767
2.01.08.02	Taxa de Iluminação Pública	9.160	6.475	4.113
2.01.08.03	Taxas Regulamentares	5.996	2.634	8.899
2.01.08.04	Valores a Pagar	0	0	0
2.01.08.05	Empresa de Pesquisa Energética	2.775	0	0
2.01.08.06	Pesquisa e Desenvolvimento	5.365	0	0
2.01.08.07	Programa de Eficiência Energética	9.875	7.826	0
2.01.08.08	Outros Créditos a Pagar	13.316	25.833	11.701
2.02	Passivo Não Circulante	602.411	529.980	548.686
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	602.411	529.980	548.686
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	538.147	455.100	450.605
2.02.01.02	Debêntures	11.098	17.458	23.165
2.02.01.03	Provisões	35.285	55.108	69.489
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	35.285	44.089	59.322
2.02.01.03.02	Entidade de Previdência Privada	0	11.019	10.167
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	17.881	2.314	5.427
2.02.01.06.01	Ressarcimento Gerador - MAE	0	0	0
2.02.01.06.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.881	2.314	5.427
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	454.779	426.893	155.061
2.04.01	Capital Social Realizado	157.622	155.000	667.118
2.04.01.01	Capital Social Subscrito	157.622	155.000	667.118
2.04.01.02	Capital Social a Integralizar	0	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	16.648	60	184.896
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2006	4 -31/12/2005	5 -31/12/2004
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	280.509	271.833	0
2.04.04.01	Legal	26.509	17.833	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	254.000	254.000	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	(696.953)
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.116.546	884.185	706.178
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	1.099.746	870.797	670.786
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	5.163	1.031	1.634
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	(72)	1.399	20.719
3.01.04	Outras Receitas	11.709	10.958	13.039
3.02	Deduções da Receita Bruta	(260.950)	(218.741)	(180.053)
3.02.01	(-) ICMS sobre Venda de Energia Elétrica	(152.711)	(125.964)	(96.740)
3.02.02	(-) COFINS	(84.427)	(67.519)	(51.825)
3.02.03	(-) PIS	(18.330)	(14.659)	(11.815)
3.02.04	(+) PIS/COFINS sobre Ativo Regulatório	5.558	11.110	6.673
3.02.05	(-) Cota para RGR	(10.586)	(10.894)	(10.006)
3.02.06	(-) ISS	(551)	(429)	(398)
3.02.07	(-) Encargo de Capacidade Emergencial	97	(10.386)	(15.942)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	855.596	665.444	526.125
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(443.351)	(413.040)	(361.013)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(242.136)	(215.030)	(172.853)
3.04.02	Encargos Uso Sistema Transm. e Distrib.	(47.178)	(47.569)	(54.688)
3.04.03	Custo de Operação - Pessoal	(13.083)	(27.126)	(40.031)
3.04.04	Custo de Operação - Material	(3.534)	(3.512)	(4.772)
3.04.05	Custo de Operação - Serviço de Terceiros	(21.197)	(30.321)	(26.444)
3.04.06	Custo de Operação - Deprec. e Amort.	(53.477)	(47.954)	(38.988)
3.04.07	Custo de Operação - CCC/CDE	(38.185)	(27.140)	(11.208)
3.04.08	Custo de Operação - Arrend. e Aluguel	(595)	(537)	(692)
3.04.09	Custo de Operação - Taxa de Fiscalização	0	0	(510)
3.04.10	Custo de Operação - Outros	(23.711)	(11.484)	(958)
3.04.11	Custo do Serv.Terceiros - Pessoal	(21)	(306)	(577)
3.04.12	Custo do Serv.Terceiros - Material	(171)	(1.044)	(2.174)
3.04.13	Custo do Serv.Terceiros - Serv.Terceiros	(61)	(981)	(4.238)
3.04.14	Custo do Serv.Terceiros - Deprec. Amort.	0	(2)	0
3.04.15	Custo do Serv.Terceiros - Arrend.Aluguel	0	(6)	0
3.04.16	Custo do Serv.Terceiros - Outros	(2)	(28)	(2.880)
3.05	Resultado Bruto	412.245	252.404	165.112
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(166.041)	(135.334)	(194.516)
3.06.01	Com Vendas	(81.372)	(65.877)	(59.789)
3.06.01.01	Despesas com Vendas	(63.996)	(48.922)	(32.384)
3.06.01.02	Prov/Rev. PDD e Perda Cliente Incobrável	(17.376)	(16.955)	(27.405)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(43.765)	(47.805)	(60.468)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(31.627)	(31.394)	(34.638)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(8.580)	(6.681)	(1.533)
3.06.02.03	Prov/Rev. Contingências	3.504	(3.122)	(19.676)
3.06.02.04	Depreciação e Amortização	(3.423)	(1.899)	(1.395)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2006 a 31/12/2006	4 -01/01/2005 a 31/12/2005	5 -01/01/2004 a 31/12/2004
3.06.02.05	Outras Despesas Operacionais	(3.639)	(4.709)	(3.226)
3.06.03	Financeiras	(40.904)	(21.652)	(74.259)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	53.099	60.472	55.611
3.06.03.01.01	Rendas Financeiras	46.055	41.051	40.393
3.06.03.01.02	Acréscimo Moratório de Energia Vendida	7.044	19.421	15.218
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(94.003)	(82.124)	(129.870)
3.06.03.02.01	Encargos da Dívida	(13)	(17)	(40.133)
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	(9.659)	(1.930)	(35.717)
3.06.03.02.03	Juros dos Empréstimos e Financiamentos	(73.556)	(75.928)	(51.115)
3.06.03.02.04	Comissões	0	0	0
3.06.03.02.05	Outras Despesas Financeiras	(10.775)	(4.249)	(2.905)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	246.204	117.070	(29.404)
3.08	Resultado Não Operacional	(4.381)	706	(1.670)
3.08.01	Receitas	1.037	872	5.036
3.08.01.01	Receita Não Operacional	1.037	872	5.036
3.08.02	Despesas	(5.418)	(166)	(6.706)
3.08.02.01	Despesa Não Operacional	(5.418)	(166)	(6.706)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	241.823	117.776	(31.074)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(35.071)	(17.406)	0
3.10.01	Contribuição Social	(9.317)	(4.614)	0
3.10.02	Imposto de Renda	(25.754)	(12.792)	0
3.11	IR Diferido	(29.282)	259.281	0
3.11.01	IR/CSLL Diferidos	(29.282)	259.281	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	177.470	359.651	(31.074)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	16.238.208.546	16.030.576.511	16.030.576.511
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00001	0,00002	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.01	Origens	570.679	252.482	566.379
4.01.01	Das Operações	245.178	183.115	92.800
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	177.470	359.651	(31.074)
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	67.708	(176.536)	123.874
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	56.900	49.855	40.383
4.01.01.02.02	Variações monetárias de dívidas de longo	16.422	13.149	56.256
4.01.01.02.03	Provisão para contingências	7.515	2.019	18.705
4.01.01.02.04	Fundo de pensão CVM - Deliberação nº 371	(11.019)	852	1.577
4.01.01.02.05	Valor residual ativo permanente baixado	1.398	2.279	2.515
4.01.01.02.06	Provisão para perda do ativo imobilizado	424	(3.904)	4.438
4.01.01.02.07	IR/CSLL diferidos de longo prazo	0	(237.801)	0
4.01.01.02.08	Ajustes de exercícios anteriores	(3.932)	(2.985)	0
4.01.02	Dos Acionistas	2.622	0	332.661
4.01.02.01	Integralização de capital	2.622	0	332.661
4.01.03	De Terceiros	322.879	69.367	140.918
4.01.03.01	Redução no contas a receber	818	2.813	5.912
4.01.03.02	Redução de impostos a recuperar	0	0	1.714
4.01.03.03	Redução de pagamentos antecipados	0	12.567	0
4.01.03.04	Transf. do IR/CSSL diferidos p/ at.circ.	31.446	0	0
4.01.03.05	Aumento das obrigações vinculadas	167.272	46.790	59.265
4.01.03.06	Novos empréstimos e financiamentos	91.188	7.197	74.027
4.01.03.07	Diminuição do ativo não circulante	0	0	0
4.01.03.08	Aumento em tributos e obrigações a pagar	15.567	0	0
4.01.03.09	Incentivos fiscais de imposto de renda	16.588	0	0
4.02	Aplicações	627.689	358.390	115.928
4.02.01	Aumento de impostos a recuperar	16.894	11.484	0
4.02.02	Aumento de pagamentos antecipados	76.480	0	10.344
4.02.03	No investimento	0	187	34
4.02.04	No ativo imobilizado	322.211	219.962	61.769
4.02.05	Diminuição do passivo não circulante	47.242	26.811	41.623
4.02.06	Redução em tributos e obrigações a pagar	0	3.113	2.158
4.02.07	Dividendos propostos	164.862	84.833	0
4.02.08	Transf. p/ curto prazo prov.contingencia	0	12.000	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(57.010)	(105.908)	450.451
4.04	Variação do Ativo Circulante	73.569	53.528	73.261
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	398.405	344.877	271.616
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	471.974	398.405	344.877
4.05	Variação do Passivo Circulante	130.579	159.436	(377.190)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	344.849	185.413	562.603
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	475.428	344.849	185.413

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	155.000	60	0	271.833	0	426.893
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(3.932)	(3.932)
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	2.622	0	0	0	0	2.622
5.04	Realização de Reservas	0	16.588	0	0	0	16.588
5.04.01	- Redução do IRPJ - Incentivo ADENE	0	16.588	0	0	0	16.588
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	177.470	177.470
5.07	Destinações	0	0	0	8.676	(173.538)	(164.862)
5.07.01	- Reserva Legal	0	0	0	8.676	(8.676)	0
5.07.02	- Dividendos Propostos	0	0	0	0	(164.862)	(164.862)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	157.622	16.648	0	280.509	0	454.779

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	667.118	184.896	0	0	(696.954)	155.060
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(2.985)	(2.985)
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	(512.118)	0	0	0	512.118	0
5.04	Realização de Reservas	0	(184.836)	0	0	184.836	0
5.04.01	Utilização de Reservas de Capital	0	(184.836)	0	0	184.836	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	359.651	359.651
5.07	Destinações	0	0	0	271.833	(356.666)	(84.833)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	17.833	(17.833)	0
5.07.02	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(84.833)	(84.833)
5.07.03	Reserva Especial	0	0	0	254.000	(254.000)	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	155.000	60	0	271.833	0	426.893

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	512.049	7.304	0	0	(665.880)	(146.527)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	155.069	0	0	0	0	155.069
5.04	Realização de Reservas	0	177.592	0	0	0	177.592
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(31.074)	(31.074)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	667.118	184.896	0	0	(696.954)	155.060

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
São Luís - MA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas financeiras mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6b., as demonstrações financeiras da Companhia incluem R\$8.010 mil referentes a contas a receber de longo prazo decorrente de comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE), registrado com base em valores fornecidos pela própria CCEE e instruções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A realização desse montante depende da definição de processos judiciais movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10a, a Resolução nº 369 da ANEEL, de 22 de agosto de 2006, incluiu no reajuste tarifário anual da CEMAR um componente financeiro provisório de R\$34.008 mil para fazer face aos impactos financeiros decorrentes da implementação do “Programa Luz para Todos”. A CEMAR iniciou a recuperação desse ativo via tarifa em setembro de 2006, restando em 31 de dezembro de 2006 R\$24.185 mil a recuperar, contabilizado como despesa antecipada. O citado valor está em processo de validação e homologação definitiva pela ANEEL.
6. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto.

16 de fevereiro de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC-RJ-057.497/O-“S”-MA

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Perfil da Empresa

- **Missão:** Fornecer energia elétrica para o Maranhão com qualidade, custo adequado e de forma rentável, gerando os recursos necessários para a expansão e melhoria do fornecimento de energia.
- **Visão:** Ser a melhor e mais rentável empresa de distribuição de energia elétrica do Brasil.
- **Valores:** Foco em Gente; Ênfase na Meritocracia; Obstinação pelo Lucro; Compromisso com nossos clientes; Ética e Integridade; Simplicidade e Foco; Transparência e Comunicação; Excelência, Qualidade e Segurança; Comunidade e Meio Ambiente.
- **Visão Geral:** A CEMAR é a companhia, que atua no mercado de distribuição de energia elétrica no Estado do Maranhão, com uma área de abrangência de 333 mil quilômetros quadrados, correspondente a 3,91% do território nacional, e com uma população estimada em 6,2 milhões de habitantes, equivalente a 3,3% da população brasileira. Segundo a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), ao final de 2005 a CEMAR era a segunda maior distribuidora de energia elétrica do Nordeste em extensão de área de concessão, com 21,4% do total, a quarta em termos de número de consumidores, com 9,0%, e a quinta em termos de consumo de energia na região, com 7,0%.
- **Breve Histórico**
 - Em maio de 2004, o novo controlador da CEMAR – Equatorial Energia S.A. (Equatorial), por intermédio da administração de fundos de investimento – assumiu a gestão da CEMAR após o término da intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No período de intervenção, o pagamento de suas principais obrigações financeiras estava suspenso. A Equatorial promoveu uma profunda reestruturação no endividamento da companhia e obteve evoluções consistentes na sua performance operacional.
 - Inicialmente, houve uma mudança significativa na estrutura de capital da CEMAR, que incluiu capitalização via conversão de dívidas e baixa de dívidas, o que significou uma redução total de R\$ 302,6 milhões em suas obrigações. A dívida remanescente teve seu prazo médio de pagamento alongado para 11 anos, com significativa redução de custo financeiro.
 - A companhia tem apresentado geração operacional de caixa crescente e compatível com suas obrigações financeiras e de investimentos. Os

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

reajustes tarifários autorizados pela Aneel, o contínuo foco em controle de gastos e o incremento das vendas na área de atuação da CEMAR têm propiciado elevadas margens de EBITDA. Tal desempenho tem proporcionado à Companhia um fluxo de caixa livre considerável, além da retomada dos investimentos na rede de distribuição e em sistemas de gestão. Houve grande melhora nos níveis de qualidade DEC e FEC, tanto no mercado maranhense como um todo, como também na capital do estado, São Luís.

2. Mensagem do Presidente

O ano de 2006 foi marcado pela abertura de capital de nossa Controladora, a Equatorial Energia S./A., e pelo contínuo e eficiente processo de reestruturação financeira e operacional na CEMAR. A valorização de 34,8% das ações de nossa Controladora, a partir do início das negociações em mercado (3 de abril de 2006) até 23 de fevereiro de 2007, reflete a confiança depositada pelos investidores em nossa estratégia e nossos diferenciais competitivos, como solidez financeira, experiência de gestão, capacidade de execução, potencial de crescimento e compromisso com as melhores práticas de governança corporativa. Continuamos com a aplicação de um modelo de gestão balizado na busca constante de eficiência e qualidade, que propiciou resultados diferenciados em 2006: evolução de 82,4% no EBITDA – que atingiu R\$ 344,0 milhões, 40,2% de margem EBITDA, a maior margem anual da história da companhia e uma das mais altas no setor – e avanços de 28,6% na receita líquida e 76,7% no lucro líquido pró-forma (desconsiderando a operação extraordinária de constituição do ativo fiscal diferido em 2005). O desempenho operacional também se destacou. Obtivemos melhoria substancial nos indicadores de qualidade, com quedas de 22,1% no DEC e de 25,2% no FEC, sendo que na capital do estado, São Luís, o avanço foi ainda maior, com 36,5% e 40,3% de redução, respectivamente. Ainda temos um grande desafio na redução das perdas de energia, e o ano de 2006 foi importante para que desenvolvêssemos uma estratégia consistente e montássemos uma equipe jovem, ética e focada. Com criatividade, inteligência aplicada e responsabilidade financeira, vamos atingir o sucesso esperado na recuperação de energia.

Ao longo do ano consolidamos nossas relações com o órgão regulador, que sempre foram pautadas pela maturidade e pelo respeito ao equilíbrio econômico e financeiro da concessão de nossa Companhia, visando sempre ao aprimoramento da qualidade do serviço prestado ao consumidor. No ano, a Aneel conduziu exemplarmente a regulação, considerando no reajuste tarifário os impactos do programa de universalização do acesso à energia elétrica – Luz para Todos – sobre a estrutura de custos e investimentos da empresa. A CEMAR foi a primeira concessionária de distribuição de energia elétrica a obter autorização para esse reconhecimento. Além disso, consideramos que as

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

melhorias no modelo de revisão tarifária, que serão introduzidas no segundo ciclo de revisão tarifária, fortalecerão ainda mais nosso arcabouço regulatório, promovendo um ambiente mais estável para novos investimentos. Acreditamos que a maior parte das mudanças são benéficas ao modelo e, especialmente, à nossa concessão.

Os expressivos resultados financeiros nos colocaram em condições de ampliar os investimentos, que totalizaram R\$ 136,9 milhões, 33,3% acima do ano anterior. Mais uma vez, os recursos foram aplicados na melhoria e modernização da rede, ampliação e digitalização de subestações, continuidade do projeto de georeferenciamento de linhas e aprimoramento do processo de leitura do consumo. Outro investimento de destaque em 2006 foi a introdução de um dos mais avançados sistemas de gestão empresarial, o *ERP (Enterprise Resource Planning – Sistema de Gestão Empresarial) My Sap R/3*, que consiste em uma importante ferramenta de apoio para a execução e o aprimoramento de nossas práticas de gestão e, conseqüentemente, para o alcance de resultados. Apresentamos novas facilidades e alternativas para nossos clientes, como a ampliação da central de atendimento, que passou a atender a todos os municípios do Maranhão 24 horas por dia, todos os dias; a instalação de novos postos de serviços em locais estratégicos; a realização de promoções aos adimplentes; a assinatura de acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF) para que nossos consumidores possam emitir segunda via e pagar suas contas em agências lotéricas; e as campanhas de parcelamento de débitos para a classe residencial.

Todas essas iniciativas alimentam um ciclo virtuoso, reforçado pelo comprometimento e vigor dos nossos colaboradores, responsáveis diretos pelo sucesso da CEMAR. Eles assimilaram o conceito de meritocracia, o gosto pelo desafio, transformando em ações e resultados concretos as propostas mais ousadas e aparentemente impossíveis. Acreditamos em uma atuação orientada por metas claras, alinhamento de interesses promovido por remuneração variável, autodesenvolvimento e capacitação profissional.

A segurança no trabalho foi um dos principais focos de atenção ao longo do ano e, em razão do nosso desempenho, recebemos, em junho, a medalha Eloy Chaves pelo terceiro lugar no *ranking* nacional de segurança do trabalho. Esta foi a primeira vez que uma distribuidora de energia elétrica no Nordeste recebeu o prêmio.

Nosso compromisso com as comunidades está traduzido também no bom andamento do Programa Luz para Todos. Financiados pelo governo federal, administramos um investimento direto de R\$ 169,1 milhões em 2006. Desde o início do projeto, em 2005, mais de 100 mil famílias passaram a ter acesso à energia elétrica no Maranhão, o que representa mais de 500 mil pessoas beneficiadas. Em parceria com entidades privadas e órgãos do poder público, participamos ativamente de projetos com impacto sociocultural e educacional. A instalação de telecentros de informática em conjunto com a Prefeitura de São Luís nos trouxe especial orgulho, pois proporcionou a 12 mil pessoas o acesso à educação e informação.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano com a certeza de estarmos evoluindo de forma significativa e sustentável. Combinamos a busca pela redução de custos com o alcance de melhores resultados, sem abrir mão dos investimentos e da qualificação de nossas operações e mão-de-obra. Temos a firme convicção de que essa condição só foi alcançada pelo apoio contínuo de acionistas, fornecedores, clientes e, especialmente, nossos colaboradores. A todos fica o nosso agradecimento e o compromisso de continuarmos, juntos, a trilhar o caminho definido em nossa Visão: ser a melhor e mais rentável empresa de distribuição de energia elétrica do Brasil.

3. Gestão de Riscos

A CEMAR adota uma série de medidas para eliminar e/ou minimizar os riscos que possam afetar seus desempenhos operacional e econômico-financeiro.

Mercado

O consumo de energia elétrica está fortemente relacionado à evolução do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, a empresa monitora, por meio de um Comitê de Mercado, as variações de cenário no Estado do Maranhão, de forma a garantir condições de atender à demanda. A CEMAR também participa do GTMA - Grupo de Trabalho do Maranhão - que reúne ainda a Eletronorte, a ANEEL e a ONS, com o objetivo de antecipar a necessidade de investimentos em infra-estrutura no Estado.

Operações

A companhia investe em tecnologias que integram a gestão e permitem respostas rápidas às situações operacionais. Exemplos são o georeferenciamento da rede de distribuição, a digitalização de subestações e a introdução de chaves telecomandadas. Aposta ainda na manutenção preventiva dos equipamentos e das redes, colocando à disposição, para isso, as equipes que antes eram acionadas apenas em caso de emergência. Além disso, treina intensivamente os colaboradores e prestadores de serviços de acordo com padrões de segurança do trabalho. Tanto que, no ano de 2005, registrou as menores taxas de gravidade e acidentalidade com colaboradores próprios e terceirizados das regiões Nordeste, Centro Oeste, Sul e Norte.

Também busca continuamente administrar a base de clientes, desenvolvendo iniciativas e investimentos para melhorar a qualidade dos processos comerciais, agindo para coibir furtos e fraudes no consumo e adotando tecnologias mais avançadas para medição. Em 2006, foram intensificadas as vistorias às unidades consumidoras e promovidas campanhas de conscientização sobre a prática criminosa do roubo de energia. Houve ainda o

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

aprimoramento do atendimento aos clientes, com a renovação de contratos com consumidores de alta tensão e o estabelecimento de acordos com o poder público, para assegurar a quitação dos débitos.

Regulamentação

O setor de distribuição de energia elétrica é altamente regulado e, assim, vulnerável às variações no modelo de concessões em vigor. A CEMAR participou ativamente das audiências e reuniões públicas da Aneel e da Abradee, além de ter difundido aspectos da regulação entre os colaboradores e mostrado de que forma a atuação deles interfere diretamente no despenho da empresa também nesse aspecto.

A companhia mantém ainda um Comitê Regulatório, que discute os itens mais importantes relacionados ao ambiente regulatório e promove o alinhamento para a adoção de medidas que evitem possíveis problemas.

Financeiro

Crédito – As disponibilidades são aplicadas apenas em instituições de primeira linha, com *ranking* de crédito de grau de investimento, para minimizar os riscos de crédito.

Liquidez – Há o constante monitoramento dos índices de liquidez, de forma a assegurar níveis de conforto que propiciem um sólido perfil de crédito. O ano de 2006 foi encerrado com um balanço de alta liquidez, apresentando uma dívida líquida de R\$291,4 milhões, disponibilidades de R\$166,4 milhões e uma relação dívida líquida/ EBITDA de apenas 0,8x.

Câmbio – As aplicações da empresa não expostas à moeda estrangeira; são feitas preferencialmente em títulos em reais, com taxas de juros atreladas ao CDI. Também não há contratos de *Swap*, já que o endividamento em moeda estrangeira na CEMAR é mínimo.

Juros – O endividamento tem um prazo médio de 9,5 anos. A companhia busca identificar todas as oportunidades de linhas de crédito com juros subsidiados. O custo médio em 2006 foi equivalente a 83,3% do CDI.

Clima/Desastres

A empresa mantém apólices de seguro que garantem a cobertura de prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica nas subestações, edificações e instalações, bem como de perdas materiais sofridas em consequência de acidentes de trânsito.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ambientais

Todos os projetos de expansão do sistema elétrico são executados com a observância da legislação ambiental vigente. Da mesma forma, as licenças e os estudos de impactos ambientais são regularmente requeridos e executados de acordo com as exigências legais.

4. Estratégia Corporativa e Pontos Fortes

Estratégia Corporativa

Aumento de Eficiência Operacional

Nos últimos quatro anos, a companhia obteve ganhos expressivos de produtividade. Os gastos com PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros) por consumidor foram reduzidos em 15,2% e o PMSO por MWh vendido em 12,7% entre 2003 e 2006. Também houve elevação de 46,9% do grau de eficiência medido pelo número de consumidores por empregado, passando de 748, em 2003, para 1100, em 2006. Esses resultados foram alcançados paralelamente a uma sensível melhora dos serviços, com a redução de 37,4% e 34,0% no DEC e no FEC, respectivamente, entre 2003 e 2006, e com o funcionamento do *call center* 24 horas por dia, sete dias por semana, entre outras melhorias. Os ganhos de produtividade foram registrados graças à ampla reestruturação que vem sendo promovida desde maio de 2004. Mas a Companhia aposta em ganhos adicionais de eficiência, por meio da manutenção do foco no rígido controle de custos.

Redução de Perdas Comerciais nas Operações

Em 2006, as perdas de energia totais foram de 29,8%; em 2005, haviam totalizado 29,5%. Esse resultado traduz a interrupção da tendência de crescimento verificada nos anos anteriores ao início da reestruturação. Entre 2001 e 2004, as perdas da CEMAR cresceram de 23,7% para 29,9%, devido à falta de investimentos e da ausência de ações coordenadas para combatê-las. Segundo dados da Abradee, as distribuidoras de energia que atuam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram perdas médias de 15,8%, 18,7% e 17,2% em 2004, respectivamente. Ao longo dos próximos anos a CEMAR pretende despende grandes esforços na gestão e em investimentos no combate às perdas na sua área de concessão.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Rígida Disciplina Financeira com Contenção de Custos e Despesas

A companhia incorporou aos seus sistemas de gestão as seguintes ferramentas, que possibilitaram significativas economias nos gastos operacionais e de capital:

a) Gestão matricial de despesas – Permite um controle cruzado dos gastos operacionais da CEMAR, tanto pelo centro de custo como pela natureza do gasto, permitindo a captura de todos os ganhos na reestruturação de processos operacionais e administrativos;

b) Orçamento Base Zero – Metodologia de orçamento desenvolvida e aplicada nas mais eficientes empresas do mundo e com diversos exemplos de sucesso no Brasil, orça os gastos a partir dos processos básicos de uma operação, e não a partir de dados históricos, evitando a perpetuação da ineficiência;

c) Metodologia de torre para orçar investimentos, que ordena os projetos a partir de sua prioridade e retorno esperado de acordo com as metas estabelecidas de rentabilidade e melhoria de qualidade.

Essas ferramentas possibilitaram ganhos expressivos para a CEMAR desde maio de 2004, que estão refletidos nas despesas gerenciáveis, como o percentual da receita líquida, que em dezembro de 2004 foi de 35,1%, e em dezembro de 2006 foi de 17,7%, uma queda de 17,4 pontos percentuais.

Pontos Fortes

- Potencial de crescimento significativo;
- Retorno sobre ativo diferenciado devido aos níveis de eficiência operacional;
- Solidez financeira;
- Cultura e modelo de gestão direcionados a resultados;
- Gestão pro-ativa de riscos e oportunidades regulatórias;
- Baixa exposição aos consumidores livres.
- Práticas de remuneração que alinham os interesses de administradores e colaboradores com os acionistas, garantindo a busca de resultados excepcionais.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. Destaques de 2006

Destaques

- ✓ Atingimos 1.348.877 consumidores em 2006, um crescimento de 7,5% em relação a 2005;
- ✓ O volume de energia vendida alcançou 2.913,2 GWh, 4,5% acima dos 2.787,8 GWh de 2005;
- ✓ Os índices de DEC e FEC da CEMAR apresentaram melhoria significativa em 2006, com quedas de 22,1% e 25,2%, respectivamente, em comparação ao ano de 2005. Na capital as quedas foram ainda mais expressivas, 36,5% no DEC e 40,3% no FEC;
- ✓ Em setembro de 2006, a CEMAR finalizou a adoção bem-sucedida do sistema *ERP My Sap R/3*.
- ✓ Concluindo uma satisfatória negociação com a Aneel, a CEMAR obteve o reconhecimento dos impactos do programa de universalização de acesso a energia elétrica em sua tarifa – a primeira distribuidora a conquistá-lo.
- ✓ A CEMAR conectou 62.931 clientes adicionais através do Programa Luz Para Todos (PLPT), perfazendo investimentos diretos de R\$ 169,1 milhões em 2006, sendo 86,7% financiados a fundo perdido com recursos da CDE e 13,3% com recursos da RGR, disponibilizados pela Eletrobrás. Com isso, a CEMAR atingiu a marca de 103 mil clientes atendidos através do PLPT.
- ✓ A receita líquida atingiu R\$855,6 milhões em 2006, superior em 28,6% à de 2005.
- ✓ Os custos e as despesas operacionais (excluindo-se depreciação e amortização) foram de R\$511,5 milhões em 2006, o que representa 59,8% da receita líquida, uma queda de 12,0 pontos percentuais em relação aos 71,8% registrados no ano anterior.
- ✓ O EBITDA atingiu R\$344,0 milhões em 2006, 82,4% acima dos R\$188,6 milhões de 2005. A margem EBITDA foi de 40,2% no período, representando um aumento de 11,9 pontos percentuais em comparação a 2005.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ✓ O lucro líquido de 2006 foi de R\$177,5 milhões, um crescimento de 76,7% em relação aos R\$100,4 milhões de lucro líquido pró-forma de 2005 (desconsiderando-se a constituição do ativo fiscal diferido na CEMAR realizada em 2005)
- ✓ Os investimentos (excluindo-se os diretos relacionados ao PLPT) totalizaram R\$136,9 milhões em 2006, crescimento de 33,3% em relação a 2005.

Premiações da CEMAR

- Vencedora do Prêmio Abradee 2006 na categoria “Maior Evolução do Desempenho” para distribuidoras com mais de 400 mil consumidores.
- Reconhecida com o terceiro lugar nacional na prevenção de acidentes, recebendo da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Funcoge) a Medalha Eloy Chaves
- Primeiro lugar no *ranking* da publicação de tecnologia da informação *Informationweek*, no segmento de “Infraestrutura, Logística, Transporte” e segundo lugar no *ranking* geral, com o projeto de Radio-sobre-IP.

6. Perspectivas Econômicas do Maranhão

Segundo o Governo do Estado, em 2004, o Maranhão apresentou um PIB de R\$ 16,5 bilhões. Naquele ano, o índice representou 0,94% do PIB nacional, sendo que 53,6% de sua atividade econômica foi concentrada no setor de serviços, 26,1% na indústria e 20,3% na agropecuária. Localizado na Região Norte do território brasileiro, o Maranhão tem acesso facilitado aos mercados norte-americano, europeu e asiático, por intermédio do Canal do Panamá. Além disso, possui logística e infra-estrutura diferenciada, expressas, entre outros, pelo Porto de Itaqui, pela Ferrovia Carajás, pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e pela Hidrovia Araguaia-Tocantins, o que torna o estado um importante eixo de integração externa do Brasil.

Dois grandes vetores de crescimento, o agronegócio e as atividades de mineração e metalurgia, dinamizam a economia local. No agronegócio, o destaque é a moderna produção da Região Sul, capitaneada pela cidade de Balsas, onde se expande a soja e a pecuária, beneficiadas pela qualidade da logística de exportação, assim como das condições climáticas e do solo de cerrado. Já o complexo concentrado no Oeste (Açailândia,

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Imperatriz e Santa Inês) e Norte (São Luís) em torno do alumínio e do minério de ferro aproveita a localização estratégica e a qualidade da infra-estrutura ferroviária, portuária e energética. O estado apresenta um superávit na balança comercial de US\$ 344 milhões (MICT/Secex 2005).

No setor industrial, a economia maranhense se destaca pela presença de dois grandes grupos: Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que investe no estado por meio da Pelotizadora Norte, Ferrovia Carajás, Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e Usina Hidrelétrica de Estreito; e a Alumar, um dos maiores complexos de produção de alumínio e alumina do mundo. A CVRD e a Alumar têm sua demanda de energia elétrica atendidas diretamente pela Eletronorte, mas provocam impacto relevante nos demais segmentos da economia do Maranhão atendidos pela CEMAR. O setor agrícola tem sido o grande propulsor do crescimento da Região Sul do estado, onde o cultivo de importantes *commodities*, como soja, algodão e cana-de-açúcar, é explorado por grandes grupos, como Cargill, Bunge e ABC Inco (Grupo Algar). Uma outra vantagem é que tanto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) englobam o Estado do Maranhão como área de fomento de investimentos.

As perspectivas são promissoras. O Estado deverá receber investimentos de R\$ 3,8 bilhões da iniciativa privada em obras de infra-estrutura a partir de 2007, tanto pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste) como pela CVRD. Os recursos representam quase um quarto do PIB do Maranhão e serão empregados na construção da Usina Hidroelétrica de Estreito (UHE), na ampliação de pátios de manobra da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e no aumento da estrutura portuária da mineradora em São Luís. O Ceste vai aplicar cerca de R\$ 3,0 bilhões na UHE e a CVRD pouco mais de R\$ 800 milhões em sua ferrovia e no Terminal Portuário de Ponta da Madeira. A CEMAR aguarda a homologação da ANEEL do acordo com a CELTINS e o Ceste para o fornecimento de energia elétrica para o canteiro de obras da UHE.

Além disso, outras perspectivas despontam, como a instalação de um pólo de produção de açúcar a álcool e o desenvolvimento do turismo.

Esses fatos explicam o crescimento do consumo de energia elétrica na área de concessão da CEMAR, superior à média do consumo da Região Nordeste e do Brasil em 0,7 pontos percentuais em 2006. O crescimento foi de 4,5% ante um crescimento de 3,8% na Região Nordeste e no Brasil, como demonstra o quadro abaixo. Já no ano de 2005, a diferença foi ainda mais expressiva, com a energia vendida na concessão da CEMAR crescendo 7,7%, 3,4 pontos percentuais acima do crescimento do consumo no Brasil e 1,7 pontos percentuais acima da variação do consumo na região Nordeste.

As categorias residencial e comercial têm liderado a expansão do mercado, em decorrência do grande crescimento no número de consumidores: 6,5% e 5,4% respectivamente. As

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

principais cidades maranhenses, como São Luís, Imperatriz, Timon e Caxias, observaram um aumento significativo no número de centros de comércio, concessionárias de veículos, supermercados e empreendimentos de construção civil.

Assim, espera-se que a taxa de crescimento do volume de energia vendida da CEMAR oscile entre 4% e 5% nos próximos cinco anos.

7. Gestão dos Negócios

• Sistemas e Ferramentas de Gestão

Em 2006, a CEMAR passou a adotar o Sistema Integrado de Gestão (SIG), que promove a sinergia de todas as suas ferramentas de gestão. O foco em processos e ferramentas de gestão leva ao alcance de metas por meio da padronização dos procedimentos e das operações, da priorização de processos críticos e do rígido controle de custos, o que aperfeiçoa continuamente os resultados. A cada ano, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, são desdobradas as metas individuais e por equipes para todas as áreas nos vários níveis hierárquicos, sendo esse o principal subsídio para o Programa de Remuneração Variável. As principais ferramentas utilizadas são as seguintes:

- Gerenciamento por Diretrizes (GPD): Desdobramento de metas e desenvolvimento de índices de controle para líderes e equipes em todos os níveis da empresa, a partir das metas da Companhia determinadas pelo Conselho de Administração. São realizadas reuniões de acompanhamento mensais com participação da Diretoria para aumentar ainda mais a eficácia do modelo, através da metodologia do Ciclo PDCA.
- Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD): Método de controle de custos por centro de custo e tipo de gasto, de forma cruzada, que garante o cumprimento de orçamento de forma eficaz.
- Gerenciamento de Rotinas de Processos Reestruturados (GRR): Por meio dessa ferramenta foi realizado um trabalho de redesenho dos processos da CEMAR, no sentido de qualificá-los e fazer deles um diferencial da empresa. É uma das chaves do método de trabalho, que enfatiza a execução. Até 2006, já tinham sido redesenhados 31 processos, que priorizaram arrecadação, cobrança e recuperação de energia. Em 2007, o escopo da ferramenta será ampliado para as demais áreas da empresa, minimizando a variabilidade para garantir mais previsibilidade e melhor padrão de atendimento.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- 5S: O modelo refere-se aos sentidos de utilização, ordenação, limpeza, saúde e autodisciplina. Ele promove o crescimento contínuo dos profissionais, estimulando a observação crítica e eliminando desperdícios, bem como incentivando ações que eliminem a desorganização ou outros itens que acarretam doenças, conflitos e outras anomalias do ambiente.
- Orçamento Base Zero (OBZ): A metodologia passou a ser adotada em 2005, na preparação do orçamento de 2006, e consiste em realizar uma previsão orçamentária, desconsiderando-se os resultados acumulados anteriormente pela empresa, no sentido de estimular a análise das atitudes e estabelecer prioridades entre todos os projetos previstos para o ano seguinte, justificando sua necessidade e detectando meios mais eficientes para a execução deles.
- Sistemas de Tecnologia da Informação: os sistemas corporativos da CEMAR hoje estão integrados em uma base tecnológica em linha com o que há de mais moderno em TI.
 - GEOREDE: sistema técnico que consiste no georeferenciamento de todos os componentes da rede de distribuição da CEMAR, permitindo otimizar sua manutenção e operação.
 - Sistema Comercial (UE-COM): administra o faturamento e a arrecadação da Companhia permitindo a interface com o sistema corporativo e o sistema técnico.
 - Sistema Corporativo (*ERP My SAP R/3*): permite melhor gestão dos processos organizacionais, maior confiabilidade nos dados contábeis e gerenciais e integração dos principais processos de apoio da CEMAR.
- Torre de Investimento: Ferramenta para ordenar os projetos de investimentos, pela ordem de prioridade e rentabilidade, em cada área da empresa e para a Companhia como um todo.

- **Faturamento e Arrecadação**

A reestruturação da empresa trouxe grandes benefícios operacionais e de qualidade. Todos os colaboradores adotaram os desafios com entusiasmo, criando e aplicando uma série de medidas e campanhas de faturamento e arrecadação, fortalecimento da geração de caixa,

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

combate à inadimplência e de recuperação de energia. Ao longo do ano foram adotadas ainda várias ações que contribuíram para o alcance das metas:

Através de um intenso trabalho de cobrança junto aos órgãos públicos municipais e estaduais, o estabelecimento de convênios com as prefeituras sobre a iluminação pública e a execução de campanhas de arrecadação e parcelamento de débitos com clientes das classes residencial e comercial, a Companhia conseguiu diminuir consideravelmente seu volume de créditos em cobrança. As faturas vencidas há mais de 90 dias decresceram de 41,3% do total de contas a receber em 2003 para 15,4% em 2006. O prazo médio de recebimento de nossos clientes passou de 194 dias em 2003 para 82 dias em 2006. Outro resultado percebido foi a redução na provisão para devedores duvidosos, que passou de 5,2% da receita líquida em 2004 para 2,0% em 2006.

Abaixo, relacionamos algumas ações executadas em 2006 que contribuíram para a performance da arrecadação da Companhia.

- Arrecadação via POS (*Point of sale*): Em razão da dificuldade de arrecadar dos clientes que residem em áreas distantes e de difícil acesso, foi utilizada a ferramenta do POS, que consiste em terminais remotos de pagamento de contas, para a realização da cobrança. Foram disponibilizados 48 POSs distribuídos inicialmente nas quatro Unidades Comerciais em 2006. No início de 2007, já haviam sido adquiridas outros 24 terminais remotos de arrecadação, totalizando 72 POSs em operação para facilitar o pagamento de clientes situados em localidades de difícil acesso e sem alternativas de pagamento das contas de energia.
- Ampliação dos pontos de arrecadação: A CEMAR ampliou sua rede de arrecadação por meio de parcerias com seus agentes arrecadadores e correspondentes bancários, como o Banco Popular (Banco do Brasil), o PagFácil (Lemon Bank) e o Banco Postal (Bradesco). Assim, os pontos de arrecadação à disposição dos clientes chegam a 1.569, o que representa um crescimento de 17% em relação a 2005.
- Redirecionamento de etapas de reaviso e corte: O projeto teve início em 2006 e terá continuidade em 2007, sendo centralizado na Gerência de Arrecadação e Cobrança. Ele consiste na seleção de clientes que realmente respondem aos reavisos e quitam os débitos, agilizando o envio dos documentos e encurtando o tempo até o corte do fornecimento em caso de não-pagamento.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Recuperação de débitos com o poder público: Foi registrada a marca de 127% de arrecadação nos órgãos dos Poderes Públicos e Serviço Público por meio de uma intensa gestão de relacionamento. Os destaques foram a recuperação de uma dívida do Governo Estadual, Programa Viva Luz e finalização da dívida da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Maranhão (Caema).
- Negativação de crédito: A CEMAR foi pioneira no processo de negativação de clientes no Serasa, nas classes comerciais e industriais. Também foi uma das primeiras concessionárias de energia elétrica a utilizar o SPC para negativar clientes residenciais e rurais. A medida estimula a adimplência entre os consumidores, e é significativamente mais barata do que o corte de fornecimento.
- Convênio de arrecadação eletrônica com a Caixa Econômica Federal (CEF) e PagFácil: Foi firmado acordo com esses agentes arrecadadores para permitir que os clientes emitam a segunda via eletrônica das contas de energia elétrica diretamente nas lotéricas e pontos de arrecadação Pagfácil de todo o Maranhão, bastando, para isso, apresentar o número da Unidade Consumidora. A quitação pode ser feita na própria agência lotérica ou ponto de arrecadação, o que confere grande facilidade ao cliente. Os convênios, somados às demais negociações de contratos com os agentes arrecadadores, com destaque para a manutenção da tarifa de arrecadação da CEF, possibilitaram uma das mais baixas tarifas médias de arrecadação no mercado.
- Débito automático para clientes de alta tensão: A empresa adotou comportamento proativo em relação aos clientes de alta tensão, no sentido de estimular a quitação das faturas no vencimento. Para isso, realizou um levantamento para revelar aos clientes o alto custo dos atrasos – para alguns deles, o montante pago em multas e juros durante o ano representa o valor de uma fatura mensal. Como solução, foi incentivada a adoção do débito automático.
- Programa de benefícios: Ainda para estimular a adesão ao débito automático e a adimplência entre os consumidores, no caso de pessoas físicas, a CEMAR firmou parcerias com outras empresas para assegurar vantagens na quitação das contas em dia. Apresentando a conta de luz paga até o vencimento, o consumidor recebe descontos para aquisição de botijão de gás (5,75%), além do benefício de fazer a aquisição nos cartões Mastercard, Visa ou Hipercard, ou ainda, cursos de Internet e Digitação gratuitamente em

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

escolas de informática. Eles podiam valer-se ainda de 40% de desconto em outros cursos ofertados pela escola e recebiam gratuitamente o material didático. Em contrapartida, a CEMAR divulga o nome das empresas parceiras nas contas de energia.

- Campanha de parcelamento: Com a intenção de oferecer aos clientes com três ou mais contas de luz em atraso a oportunidade de quitarem seus débitos, e conseqüentemente, ampliar sua arrecadação, a CEMAR deu andamento à campanha durante o mês de dezembro. Os clientes que procuraram a empresa puderam fazer o pagamento inicial de 10% da dívida total e parcelar o valor restante pelo dobro do número de meses em atrasos, ficando isentos do juro de mora e da correção monetária.
- Iluminação pública: A empresa concentrou esforços para recadastrar o parque de iluminação dos municípios, atingindo 163, o que representou um acréscimo de 1.394.982 kWh/ano. São mantidos contratos de arrecadação e cobrança da Contribuição Iluminação Pública (CIP) com 210 dos 217 municípios do Maranhão, o que representa 100% dos municípios que possuem lei municipal de CIP. Já em relação aos contratos de fornecimento de energia para iluminação pública, a empresa alcança 198 municípios, o que contribui para assegurar o bom relacionamento com o setor público. Ainda com relação à classe IP, 194 municípios têm contrato de pagamento da fatura de consumo por meio de débito automático em conta corrente, o que faz o índice de arrecadação médio dessa classe atingir quase 100% do faturado.
- Central de inteligência de faturamento: Equipe com foco em apontar anomalias no cadastro, na leitura e no faturamento, o que resulta em uma análise mais detalhada, na priorização de alvos para recuperação de energia e no aumento do grau de acertos, de acordo com seu potencial de retorno à empresa. Outra novidade foi a informatização do Processamento da Crítica do Faturamento, medida que eliminou os relatórios impressos e deu mais qualidade ao processo de faturamento. A Central de Inteligência também interferiu positivamente no índice de refaturamentos. Em 2004, a empresa fechou o ano com 293 contas faturadas corretamente para cada errada. Em 2005, a proporção subiu para 597/1 e em 2006 atingiu 1.211 /1.
- Cadastramento: Ao longo do ano, a Companhia concentrou grande esforço no cadastramento de clientes, para intensificar a utilização de

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

instituições de proteção ao crédito. Do total de 1,3 milhão de consumidores de sua base, 736 mil foram recadastrados, ou seja, aproximadamente 57% do total de clientes.

- **Recuperação de Energia**

Em 2006, a energia requerida pelo sistema da CEMAR totalizou de 4.160 GWh, um crescimento de 4,9% na comparação com o ano anterior. Já o volume de energia vendida atingiu 2.920 GWh, 4,5% mais que o ano anterior. Por diferença, as perdas de energia registradas pela empresa no ano foram de 1.240 GWh, ou 29,8%, mantendo-se no mesmo nível de 2005, que foi de 29,5%.

O foco principal das ações da CEMAR são as perdas comerciais, que resultam de energia consumida e não-faturada, devido a irregularidades na medição e nas instalações de consumo, e principalmente, a fraudes. Para promover a recuperação de energia, a CEMAR realizou importantes reformulações em sua Gerência de Recuperação de Energia. A partir de um trabalho de *benchmark* com outras empresas de distribuição, e do diagnóstico de especificidades de sua concessão, foram definidos os caminhos mais adequados para reverter o problema, que era crescente nos últimos anos. Assim, a Companhia apostou na combinação de investimentos em novas tecnologias e aperfeiçoamento da gestão, para conter os avanços nesse segmento de perdas.

Em um primeiro momento, em 2005, todos os processos comerciais foram redesenhados. As primeiras ações foram direcionadas aos clientes de alta tensão, que apresentam melhor retorno financeiro à empresa. A Gerência de Recuperação de Energia – que teve o número de profissionais ampliado de seis para 30 – normalizou a medição de todos os 1,6 mil consumidores de alta tensão, identificando problemas de defasagem tecnológica e substituindo medidores eletromecânicos por eletrônicos, com telemedição. Ao mesmo tempo, identificou casos relevantes de fraudes, cujo combate tem acontecido de forma sistemática com o apoio do Poder Executivo, por meio de convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, que instituiu uma delegacia especializada para tratar o assunto.

Em 2006 o foco foi direcionado para os consumidores de baixa tensão e na qualidade dos processos. Para aumentar o escopo do trabalho, a equipe de fiscalização foi ampliada para 145 colaboradores próprios e 150 terceirizados. Com o apoio de uma consultoria especializada em riscos empresariais, foram adotadas várias iniciativas, entre elas a certificação ética e de integridade de toda a equipe, a utilização de computadores de mão (*palmtops*) com *softwares* específicos em 100% das medições, e a criação de uma Central de Inteligência para o direcionamento das atividades de recuperação de energia.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dessa forma, a empresa acreditar estar no caminho para atingir as metas de redução de perdas, com uma equipe comprometida e foco no retorno para o acionista e na modicidade tarifária.

- **Engenharia**

Foram obtidos importantes resultados na melhoria dos níveis de qualidade na concessão, sobretudo pelos investimentos na melhoria da rede, pelo comprometimento da equipe, pelas inovações simples e econômicas e principalmente pela centralização da gestão, que permitiu mais sinergia e agilidade no processo de decisão, com maior índice de acerto. A equipe de Engenharia tem cumprido papel relevante na qualificação da atuação da empresa, planejando as melhorias e expansões no sistema de média e alta tensões, executando as obras prioritárias para a eliminação de gargalos no fornecimento de energia elétrica e criando novas maneiras de realizar a manutenção, com foco na prevenção. A CEMAR possui linhas de média e baixa tensões de 64.735 quilômetros de extensão e uma potência instalada de 1.173 MVA, distribuídas em 82 subestações. A rede de distribuição da CEMAR incluía 790.204 postes de rede elétrica, que sustentavam 29.508 transformadores de distribuição, e as linhas de alta tensão tinham uma extensão de 3.199 quilômetros.

Em razão da mobilização de agentes do setor, como Eletronorte e EPE, a CEMAR atua para que obras importantes do Sistema Integrado Nacional (SIN) se tornem viáveis, assegurando o suprimento de energia e conseqüente crescimento econômico ao Maranhão.

O destaque do ano foi o Plano São Luís, que teve início em 2005 e foi concluído em dezembro de 2006. Ele consiste na realização de uma série de melhorias específicas, como a digitalização de subestações, que agrega benefícios como rapidez no restabelecimento do sistema e na identificação e correção de problemas, assegura maior confiabilidade dos dispositivos de proteção e mais segurança e promove a redução de custos. Também foram introduzidas chaves telecomandadas que ampliam a eficiência no controle e nas ações de reparos de rede e, entre outros benefícios, facilitam o isolamento de áreas sem interromper o fornecimento, o que tem impacto positivo sobre indicadores de qualidade como o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

Mais um exemplo do trabalho da empresa são as obras de ampliação em subestações. Em 2006, duas delas foram realizadas na unidade de Balsas, que atende a Região Sul do estado e teve sua potência ampliada de 2 MVA (Megavolt Ampére) para 30 MVA. Tem sido feito um intenso trabalho para o atendimento das demandas de crescimento do agronegócio no Maranhão.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2007, deve ser concluído o Projeto GEOREDE, que consiste no mapeamento digital geo-referenciado de toda a rede da CEMAR. O sistema possibilita a formação de uma base de dados que fundamenta uma série de ações e decisões. Permite, por exemplo, encurtar significativamente o tempo de análise de pedidos de indústrias, proporcionando uma resposta imediata sobre a viabilidade ou não da demanda, ou, ainda, o acompanhamento nos casos de compartilhamento de postes com outras companhias. Também possibilita acompanhar as operações das equipes de manutenção em tempo real e observar as cargas de cada equipamento, o que amplia a qualidade da rede. Além disso, o Projeto GEOREDE cumpre um importante papel regulatório, uma vez que lista exatamente os ativos da empresa para que se estipule a remuneração fiel na revisão tarifária. Até o final de 2006, da base de 790,2 mil postes, 401 mil, ou 50,7%, já estavam georeferenciados.

- **Qualidade**

A Companhia continua a apresentar quedas acentuadas no DEC e no FEC, que em 2006 atingiram 42,6 e 24,6 respectivamente, reduções de 22,1% e 25,2% em relação ao ano anterior e de 37,4% e 34,0% em comparação aos índices observados em 2003, último ano antes de a Equatorial adquirir o controle da CEMAR. Assim, foi comprovado que não é apenas na área financeira que a atual filosofia de gestão tem impactos. A empresa tem convicção de que a qualidade do fornecimento de energia atingirá brevemente os níveis que os consumidores maranhenses anseiam há tanto tempo.

Diante dos esforços empreendidos pela equipe de Engenharia e dos investimentos no âmbito do Plano São Luis, na área de São Luís a melhora foi ainda mais significativa: o DEC foi de 22,5 horas, queda de 36,5% no ano. Já o FEC caiu para 18 vezes, ou seja, redução de 40,3% entre 2005 e 2006. Esses resultados são os melhores já registrados desde o início da medição dos indicadores no estado.

DEC (horas/ano)	2003	2004	2005	2006
CEMAR	68,0	63,4	54,6	42,6
São Luis	29,8	37,2	35,4	22,5
FEC (vezes/ano)	2003	2004	2005	2006
Realizado	37,3	39,3	32,9	24,58
São Luis	22,7	29,3	30,1	18,0

Fonte: ANEEL e CEMAR

- **Tecnologia**

Em 2006 a Companhia consolidou sua base de Gestão e Tecnologia, criando oportunidades para melhoria de eficiência operacional.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em agosto foi finalizada a implementação do *ERP My SAP R/3*, que permite melhor gestão dos processos organizacionais. Sua aplicação – que foi realizada em tempo recorde no Brasil entre as empresas de energia: seis meses – trouxe grandes benefícios, como agilidade na tomada de decisões de negócio, maior confiabilidade nos dados contábeis e gerenciais e integração dos principais processos de apoio da empresa.

Também houve avanço no Projeto GEOREDE e, em 2006, o ano foi fechado com mais 252 mil postes georeferenciados, acumulando 50,7% da base total.

Em 2006, a empresa conquistou o primeiro lugar entre "As 100+ inovadoras no uso de TI" na categoria de Infra-estrutura, Logística e Transporte, além de ter sido vice-campeão geral da premiação promovida pela revista *InformationWeek*. O projeto vitorioso foi o Rádio-sobre-IP, desenhado pela Gerência de TI com o apoio da Diretoria de Engenharia. Ele visou à integração dos Centros de Operação do Sistema Elétrico por meio da convergência das tecnologias de comunicação VHF e VoIP, possibilitando, assim, a unificação dos processos e a comunicação remota entre os operadores do sistema e as equipes externas. Outros ganhos do projeto foram: o aumento da capilaridade de cobertura VHF, alcançando mais de 150 municípios, chamadas gratuitas entre todos os pontos, integração com sistema de telefonia fixa e móvel, vídeo conferência, etc. No escopo geral do projeto, a solução será aplicada ao longo de três anos e culminará com a adoção de um único Centro de Operação na capital do Maranhão.

A CEMAR acredita que a atualização tecnológica e a inovação são importantes fatores do sucesso de sua estratégia de busca permanente de ganhos de eficiência e rentabilidade. Assim, vê os problemas e as dificuldades como oportunidades para o desenvolvimento de soluções menos onerosas e eficazes, que darão continuidade à sua evolução como Companhia sólida e perene.

- **Suprimentos e Logística**

O ano foi marcado também por um grande processo de revisão dos contratos de fornecimento de materiais e de prestadores de serviços à empresa. O objetivo principal foi reduzir custos e melhorar as condições contratuais com a exigência de um melhor nível de serviço. Para alcançar esse objetivo, a Companhia foi assessorada por uma consultoria especializada em *e-business*, que possibilitou a utilização de ferramentas de negociação eletrônica capazes de aumentar a competitividade entre os fornecedores e, conseqüentemente, reduzir custos. A metodologia utilizada contempla uma série de pré-requisitos para a seleção dos possíveis fornecedores durante a fase de seleção, como confiabilidade na entrega dos materiais conforme especificação técnica, capacidade operacional para execução dos serviços e garantias de que serão realizados de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho. A redução no custo de alguns materiais, como

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

postes, chegou a 20%. Já nos serviços comerciais, de manutenção e construção, chegou a 3,5%, e em telefonia alcançou 36,5% .

O processo de negociação dos serviços comerciais, de manutenção e construção totalizou cerca de R\$ 120 milhões para os dois anos de contrato. Durante a fase de *sourcing*, 221 empresas foram convidadas a participar do processo, quatro delas selecionadas no final.

Além disso, em 2006 a empresa deu início a negociações com fornecedores internacionais, adquirindo produtos da Argentina e China com ganhos expressivos, permitindo que a busca por redução de custos passasse a contemplar novas fronteiras para aquisição de equipamentos e materiais.

- **Atendimento ao Cliente**

A CEMAR promoveu uma importante reformulação no atendimento aos clientes, facilitando o acesso deles aos serviços, o que possibilitou eliminar parte dos custos de manutenção dos 163 postos de atendimentos próprios. Hoje, a CEMAR atende seus clientes através de 73 postos, sendo apenas 20 próprios e os demais disponibilizados através de Companhias terceirizadas e parcerias estratégicas. A CEMAR introduziu, também, um sistema de monitoramento nos postos de atendimento com a apuração diária do tempo médio operacional e da quantidade de serviços por atendente.

Outras medidas importantes foram o redirecionamento e o redimensionamento de sua central de atendimento, que em 2004 atendia apenas a cidade de São Luís e em situações de emergência. Hoje, os clientes de todo o estado podem ligar para a Companhia durante as 24 horas do dia e solicitar serviços técnicos e comerciais. Paralelamente, registrou um aumento do índice de chamadas atendidas de 80% para 95% em até 30 segundos e obteve redução do tempo médio de atendimento. Além disso, a Unidade de Resposta Audível (URA) da central de atendimento está conseguindo reter aproximadamente 30% das ligações, o que evidencia sua funcionalidade e importância financeira, já que o custo da ligação para a empresa nesse caso é muito reduzido.

Também para estreitar seu relacionamento com os consumidores, a CEMAR deu início, em 2005, ao Atendimento Corporativo para clientes de média e alta tensões e órgão do poder público, que podem entrar em contato por meio de um número 0800 exclusivo, além de via carta ou Internet. Cerca de 1,5 mil clientes recebem tratamento diferenciado. Em 2005 foram 2.775 atendimentos, e em 2006, 4.425. No sentido de qualificar ainda mais o atendimento, por todos os canais que coloca à disposição dos clientes, a CEMAR realizou em novembro um *workshop* que reuniu as áreas Comercial, Técnica e a Ouvidoria. Com objetivo de criar oportunidades de melhoria de percepção nos pontos de contato com os clientes, os resultados da pesquisa Abradee foram analisados em profundidade.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Outro ponto que mereceu a atenção da CEMAR foi o *layout* das contas de energia elétrica, que foi reformulado em 2006, de forma a segregar os valores referentes a tributos como ICMS, PIS e Confins da tarifa, para tornar a interpretação da fatura mais clara e fácil.

8. Programa Luz para Todos

A CEMAR desempenha o papel de agente executor do programa Luz para Todos no Estado do Maranhão. É responsável pela aplicação do segundo maior programa do Brasil, em termos absolutos. Até dezembro de 2006, a CEMAR já havia levado energia elétrica a mais de 103 mil novos consumidores, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de aproximadamente 515 mil pessoas.

A empresa tem grande apreço pelo programa Luz para Todos porque ele representa uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Maranhão e também por ser um grande desafio à sua capacidade de execução. O principal obstáculo para o cumprimento do programa é operacional. O Maranhão é um dos estados mais difíceis por sua extensão, dificuldade de acesso às localidades, diversidade geográfica e regime climático de característica amazônica. Para superar as adversidades, o planejamento das obras já prevê, por exemplo, as condições climáticas que serão encontradas. Em regiões como as dos Lençóis Maranhenses, com extensas dunas desérticas, as obras são previstas para o período das chuvas, pois com a areia úmida o trabalho fica facilitado. Já na região da Baixada Maranhense, que fica alagada por seis meses do ano, as equipes planejam a instalação dos postes em um período de apenas quatro meses, contornado a dificuldade de execução das obras durante o período de chuvas.

Outro caminho adotado pela Companhia para conseguir atingir suas metas foi a formação de uma sólida estrutura de parcerias comerciais, com a contratação de mão-de-obra terceirizada. Hoje trabalham na execução do programa 39 empresas de engenharia, perfazendo o total de 160 equipes pesadas e cerca de 60 equipes leves, além de sete empresas de projetos, somando mais 30 equipes ao contingente de terceirizados. Essas medidas foram fundamentais para equacionar, também, questões de abastecimento de materiais, uma vez que há a previsão de instalação de 140 mil postes e 15 mil transformadores. Isso trouxe o benefício adicional de dinamizar a economia, pois diversas fábricas e empreiteiras foram revitalizadas pelo trabalho no programa Luz Para Todos. Outros reflexos positivos são percebidos pelo combate ao êxodo rural e pelo desenvolvimento das comunidades, por meio do incremento de emprego e renda e da ampliação de turnos de aulas nas escolas. Além disso, estima-se que estejam envolvidos no andamento do programa 2,5 mil trabalhadores locais, em atividades diretas, além de outros 3 mil indiretos.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Força de Trabalho	Quantidade	Pessoas
Empreiteiras		35
Equipes de Obras	206	2000
Projetistas		6
Equipes de Projetos	26	102
Fabricas de Concreto	8	734
Engenharia de Fiscalização	-	103
Empresas de Transporte	2	105
Caminhões Muck	4	
Carretas	14	
Total de Pessoas Envolvidas no PLPT Maranhão – 3.044		

9. Assuntos Regulatórios

A Diretoria de Assuntos Regulatórios foi reformulada em 2006 e hoje está dividida em cinco grandes áreas: mercado, comercialização de energia, preços e tarifas, obrigações da concessão e gestão da regulação. A empresa participa da Abradee e nela ocupa um posto no Conselho Diretor, bem como nos comitês Regulatório, Financeiro, Comercial, Jurídico e Técnico. Também mantém representantes nos importantes grupos de trabalho da entidade, atuando sob a supervisão da Diretoria de Assuntos Regulatórios. Por meio da Abradee, ou ainda pelo contato direto com outras companhias, a empresa busca o intercâmbio de experiências para assimilar e difundir as melhores práticas, criar sinergia e ganhar escala no momento de pleitear suas demandas ao órgão regulador.

As principais atividades regulatórias são resumidas abaixo:

Participação nos leilões A-1, A-3 e A-5.

- Leilão A-5, adquirindo energia com início de suprimento em 2011, sendo Hidráulica de 30 anos e Térmicas de 15 anos de contrato:
 - Volume Hidráulico: 83.849 MWh/ano
 - Volume Térmico: 78.839 MWh/ano
- Leilão A-3, adquirindo energia para início em suprimento em 2009 também com produtos H30 e T15;
 - Volume Hidráulico: 146.494 MWh/ano
 - Volume Térmico: 93.189 MWh/ano

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Leilão A-1, adquirindo energia para início de suprimento em 2007, sendo Energia de Empreendimento Existente:
 - Volume: 16.205 MWh/ano, período de 08 anos de suprimento.

A empresa passou por quatro fiscalizações da Aneel, sendo uma delas relativa ao cumprimento das obras referente ao Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), cujo Relatório de Fiscalização apontou a evolução significativa dos indicadores de qualidade e teceu elogios à CEMAR.

O reajuste tarifário da CEMAR em 2006 foi de 14,58% para o período compreendido entre agosto de 2006 e julho de 2007, considerando-se ajustes financeiros. O grande destaque foi o reconhecimento, ainda de forma temporária por parte do órgão regulador, do impacto do programa Luz Para Todos sobre os custos e investimentos da Companhia, fato inédito até então. No reajuste foi reconhecido um valor de R\$ 34 milhões como componente financeiro, o que contribuiu para um acréscimo de 4,25% na tarifa média de energia elétrica. Outra conquista importante no ano refere-se ao recurso da Revisão Tarifária Periódica, que foi parcialmente indeferido, mas resultou no recebimento de R\$ 3 milhões relativos a ativos regulatórios não reconhecidos no processo de revisão em 2005. Em 2006, por meio da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006, a Aneel definiu as regras que vigorarão no segundo ciclo de revisões tarifárias periódicas.

10. Gente de Energia

A gestão com foco em pessoas é fundamental para a estratégia empresarial da empresa. Ela entende que pessoas diferenciadas, capacitadas e motivadas fazem realmente a diferença. A Visão da Companhia – “Ser a melhor e mais rentável empresa de distribuição de energia elétrica do Brasil” – será alcançada na medida em que forem criadas as condições para o envolvimento, a dedicação e da criatividade de suas pessoas. Hoje, após 30 meses de gestão da Equatorial, a convicção é que a intensa transformação em curso na CEMAR se deve, principalmente, à capacidade de realização de seus profissionais, que estão realizando o impensável em termos de resultados concretos.

A CEMAR encerrou 2006 com 1.160 colaboradores. Essa força de trabalho é predominantemente constituída por novos profissionais, contratados dentro e fora do Maranhão, de acordo com o intenso processo de mudança e renovação organizacional iniciado em junho de 2004. Além disso, a empresa conta com a experiência e o conhecimento de colaboradores mais antigos, que passaram por um processo rigoroso de adaptação ao novo modelo de gestão e à nova cultura.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde a troca do controle acionário, em 30 de abril de 2004, houve uma grande renovação do quadro de pessoal, com 1.025 desligamentos e 755 contratações, como parte do processo de reestruturação.

No âmbito de sua política de meritocracia, a CEMAR promoveu uma revisão nas atividades dos cargos, tendo como conseqüência um alinhamento salarial, que adequou rendimentos à responsabilidade de cada colaborador. Além disso, introduziu o Programa de Remuneração Variável baseado no alcance de metas para todos os níveis da organização. Ainda como forma de estimular o alcance das metas mais importantes, promoveu campanhas motivacionais, premiando os destaques entre os colaboradores e profissionais terceirizados participantes.

Dentro do processo contínuo de capacitação de sua força de trabalho, a CEMAR investiu em 120 mil horas de treinamento em 2006, o que representa um índice de 98 horas/empregado/ano.

No mesmo sentido destaca-se o programa Caravana da Cultura, aplicado a 100% dos colaboradores com o objetivo de consolidar a cultura organizacional, com ênfase para a Missão, a Visão e os Valores. Foram reforçados também aspectos éticos contidos no Manual de Conduta da empresa.

Aos gestores, a CEMAR investiu no Programa de Qualificação Gerencial, com ações de treinamento e desenvolvimento traçadas a partir das necessidades de aperfeiçoamento baseadas nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) organizacionais exigidas para o perfil dos profissionais.

Uma das práticas mais valorizadas pelos colaboradores são as Reuniões Trimestrais de Resultados, nas quais são divulgados os resultados alcançados, ressaltados e reconhecidos os pontos fortes e estimuladas as correções de rumo. Nessas reuniões são apresentadas as melhores práticas, como forma de valorizar a iniciativa e a criatividade dos colaboradores.

Outro tema de destaque na CEMAR é a prevenção de acidentes. A empresa adota diversos mecanismos para capacitar e estimular as pessoas a adotarem um comportamento preventivo em relação à segurança. Entre as iniciativas nesse sentido estão campanhas internas e externas, palestras, *blitz* de segurança, Análise Preliminar de Risco, entre outras.

O zelo com que a Companhia tem lidado com a segurança repercutiu nos indicadores, com a redução de condições inseguras e de acidentes em relação ao ano anterior. Além disso, a Companhia recebeu o Prêmio Medalha Eloy Chaves, posicionada em terceiro lugar no *ranking* Brasil, do qual participam as empresas distribuidoras do País.

- **Renovação – Gente Jovem**

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2006, a CEMAR deu continuidade a seu programa de *trainees*. A empresa percorre as melhores universidades brasileiras para atrair talentos, antecipando as necessidades de captação de bons profissionais. O diferencial do programa da CEMAR é a possibilidade de os *trainees* assumirem mais rapidamente posições de destaque. Nessa mesma linha, também foi adotado o Programa *Trainee* Técnico, visando à contratação de jovens egressos de escolas técnicas do Maranhão para, após um intenso programa de treinamento, ocuparem posições de técnico operacional. Em 2006 a CEMAR contratou 8 *trainees* universitários e 52 *trainees* técnicos.

Uma outra iniciativa inovadora é a introdução do *Programa Summer Job*, a partir de 2007. Trata-se de uma ação inédita no Maranhão, em que a CEMAR contratou quatro jovens mestrandos do Coppead para desenvolver projetos de melhoria nas áreas de Gente e Comercial nos meses de janeiro e fevereiro. Após avaliação do Programa, ele poderá ser estendido a outras áreas.

- **Reestruturação do Fundo de Pensão – FASCEMAR**

Em 2006, foi realizada a migração do antigo plano de benefícios definidos para um novo plano, baseado em contribuições definidas. O principal benefício dessa mudança foi a redução drástica do risco de formação de passivos atuariais. Os aposentados e pensionistas em gozo de benefícios permaneceram no plano de benefício definido, que conta com uma administração de ativos e passivos atuariais para garantir seu equilíbrio. A migração dos colaboradores ativos para o novo plano de contribuição definida foi superior a 97%, e consolidou um superávit atuarial. Também foi fortalecida a gestão da Fundação, graças à conclusão de um amplo processo de reestruturação que culminou na redução em 50% dos custos administrativos dos planos.

Projetos Sociais

Contribuir para a construção de uma imagem corporativa positiva, baseada nos valores de ética e respeito no relacionamento com seus clientes e comunidade sempre foi o norte das iniciativas sociais da Companhia. Por meio de projetos prioritariamente focados na área educacional e direcionados à população mais jovem e carente, e em parcerias com entidades públicas e privadas, ela contribui para reduzir as desigualdades sociais no Estado do Maranhão.

- Escola de Música do Bom Menino: A empresa colabora para a manutenção da Banda de Música do Bom Menino, que tem como foco despertar o interesse musical de crianças e adolescentes das comunidades da área do centro histórico de São Luís, atendendo cerca de 750 pessoas.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Qualificar Para Trabalhar: Utilizando as tecnologias de informação para a criação de emprego e renda, com a participação política da população excluída socialmente, a Companhia fomenta o desenvolvimento socioeconômico local, por meio de parceria com a Prefeitura de São Luís para a doação de tele-centros em escolas municipais. Em dezembro de 2006, mais de 12 mil pessoas, entre alunos e a comunidade local, foram beneficiadas pela iniciativa.
- Campanha “Jovem Pan e Você na Luta Contra as Drogas”: Incentiva o combate ao uso de drogas pelo público jovem, por meio de palestras educativas realizadas em parceria com o Grupo Zildeni Falcão – FM São Luís/Jovem Pan, das quais participaram, em 2006, cerca de 6 mil jovens.
- Programa Padaria do Povo: Foram doados cerca de 100 *kits* para padarias em comunidades carentes, e promovido curso de instrução prática em panificação artesanal, realizado em parceria com a Secretaria de Solidariedade Humana do Governo do Estado do Maranhão. A ação beneficiou aproximadamente 50 mil pessoas no ano.
- Projeto “Leitor do Futuro”: É incentivada a distribuição de jornal nas escolas como material educativo, de forma a contribuir para a formação de cidadãos mais esclarecidos, atualizados e participantes. A CEMAR mantém o projeto e participa das ações educativas, que atingem um público de 4,6 mil crianças por ano.
- Combate à Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente: Por meio da conscientização e educação, o programa de combate à violência sexual contra a criança e o adolescente, desenvolvido pela empresa em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Solidariedade Humana do Estado do Maranhão, envolveu cerca de 50 mil pessoas na capital e no interior
- Ligado na Comunidade – Programa de Voluntariado CEMAR: A empresa motiva e mobiliza seus colaboradores a atuarem como multiplicadores dos benefícios e dos perigos da energia elétrica, realizando palestras educativas e atividades lúdicas nas comunidades que estiverem recebendo eletrificação rural, no âmbito do programa Luz Para Todos. Também realiza um trabalho educativo nas comunidades e escolas, que inclui palestras, eventos de segurança e ações sociais, e tem como objetivo levar conhecimento sobre uso racional de energia elétrica, riscos elétricos, segurança, desperdícios de energia, vandalismo e furto de energia.

Sustentabilidade Ambiental

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A preocupação com o meio ambiente e a gestão do impacto ambiental de suas atividades tem sido cada vez maior na CEMAR. Acredita-se que a conformidade às leis e normas é apenas uma das obrigações das empresas que desejam preservar e melhorar o meio no qual se insere.

Assim, em 2006 foi iniciada a elaboração de uma Política Ambiental Corporativa, que irá orientar os colaboradores próprios e terceirizados não só nas atividades de investimento e na utilização de processos e de equipamentos, como também reforçará as iniciativas direcionadas à educação ambiental e ao uso racional dos recursos naturais e da energia elétrica.

Além disso, diversas iniciativas de educação ambiental foram promovidas e envolveram as comunidades. As palestras educativas nas escolas sobre os benefícios do uso consciente de energia elétrica e os riscos e problemas associados à fraude têm contado com grande receptividade de pais e alunos.

A CEMAR possui ainda o monitoramento dos níveis de ruído no ambiente de trabalho e nas subestações, buscando, dessa forma, proporcionar um convívio saudável e prazeroso para seus colaboradores, adequando, conseqüentemente, seus níveis de ruídos às determinações das legislações estadual e federal.

A Companhia também instalou caixas separadoras de óleo e água para o caso de vazamento nos transformadores de energia elétrica, de forma a evitar a contaminação dos lençóis freáticos.

Além disso, tem mobilizado seus colaboradores em torno da “Campanha da CEMAR de Reciclagem de Papel – Reciclagem Social”, que tem como objetivo arrecadar resíduos de papel A4 e ofício na própria empresa, encaminhar o material para a reciclagem e reverter os recursos obtidos pela prática à Fundação Antonio Jorge Dino, responsável pelo único hospital especializado em tratamento de câncer na capital do Estado do Maranhão.

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11. Análise do Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores Básicos	2003	2004	Var. %	2005	Var. %	2006	Var. %	Var. % Média 06-03
No. de Consumidores	1.116.361	1.161.283	4,0%	1.254.399	8,0%	1.348.877	7,5%	6,5%
Energia Vendida (MWh) sem Consumo Próprio	2.515.504	2.587.998	2,9%	2.787.758	7,7%	2.913.242	4,5%	5,0%
Reajustes Tarifários	27,4%	19,7%	N/A	11,0%	N/A	14,6%	N/A	N/A
IRT Puro	26,8%	16,5%	N/A	7,2%	N/A	10,1%	N/A	N/A
Componentes Financeiros e Outros	0,6%	3,3%	N/A	3,8%	N/A	4,5%	N/A	N/A
Receita Bruta	547,8	706,2	28,9%	884,2	25,2%	1.116,5	26,3%	26,8%
Receita de Fornecimento às Classes	503,9	649,4	28,9%	810,4	24,8%	970,4	19,7%	24,4%
Residencial	216,6	274,7	26,8%	342,4	24,7%	416,2	21,5%	24,3%
Industrial	68,0	87,7	29,0%	109,2	24,5%	116,2	6,4%	19,5%
Comercial	117,7	154,4	31,1%	192,1	24,5%	233,8	21,7%	25,7%
Outras Classes	101,6	132,6	30,6%	166,6	25,7%	204,3	22,6%	26,2%
Outras Receitas	44,0	56,8	29,2%	73,8	30,0%	146,1	98,0%	49,2%
Receita Líquida	422,6	526,1	24,5%	665,4	26,5%	855,6	28,6%	26,5%
Custos e Despesas Operacionais	(329,4)	(440,7)	33,8%	(477,9)	8,4%	-514,9	7,7%	16,1%
Custos e Despesas Operacionais (% RL)	78,0%	83,8%	-5,8 p.p.	71,8%	-12,0 p.p.	60,2%	-11,6 p.p.	N/A
Colaboradores	1.430	1.356	-5,2%	1.292	-4,7%	1.160	-10,2%	-6,7%
EBITDA	93,2	85,4	-8,4%	188,6	120,9%	340,7	80,7%	54,1%
Margem EBITDA (% RL)	22,0%	16,2%	-5,8 p.p.	28,3%	12,1 p.p.	39,8%	11,5 p.p.	N/A
Lucro Líquido	(57,2)	122,9	N/A	228,8	86,2%	123,5	-46,0%	N/A
Margem Líquida (% RL)	-13,5%	23,4%	-36,9 p.p.	34,4%	11,0 p.p.	14,4%	11,0 p.p.	N/A
Lucro/Ações (1.000.000)	(0,09)	(0,05)	-41,4%	0,40	N/A	0,58	N/A	N/A
Nº de ações	566.861.873	566.861.873	-	566.861.873	-	196.675.177	-65,3%	N/A
Endividamento Bruto	696,2	512,4	-26,4%	504,3	-1,6%	594,5	17,9%	-5,1%
% Curto Prazo	48,2%	7,5%	-40,7 p.p.	6,3%	-1,2 p.p.	7,6%	1,3 p.p.	N/A
% Longo Prazo	51,8%	92,5%	40,7 p.p.	93,7%	1,2 p.p.	92,4%	-1,3 p.p.	N/A
Dívida Líquida	627,3	339,1	-45,9%	305,0	-10,1%	105,0	-65,6%	-44,9%
Dívida Líquida/EBITDA LTM	6,7	4,0	-40,9%	1,6	-59,3%	0,3	-80,8%	-64,1%
Investimentos CEMAR	31,5	49,0	55,6%	102,7	109,6%	136,9	33,3%	63,2%
Investimentos Diretos PLPT	-	-	-	128,7	N/A	169,1	31,4%	N/A

* O IRT Puro foi calculado de 15,96%, porém apenas 7,16% de reajuste foi concedido o 8,90% foi diferido em 3 etapas para os anos de 2006, 2007 e 2008

Os números apresentados em 2006 representam a maior evidência do sucesso no trabalho de reestruturação realizado na CEMAR. Entre as mudanças significativas na evolução recente da CEMAR destacam-se:

- a) Renegociação do endividamento;
- b) Revisão tarifária;

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- c) Adoção de políticas eficazes de arrecadação de créditos de liquidação duvidosa junto aos clientes do poder público;
- d) Redução expressiva de despesas gerenciáveis e aumentos significativos de produtividade;

Receita Líquida

A receita líquida em 2006 foi de R\$ 855,6 milhões, superior em 28,6% à obtida no ano anterior, de R\$ 665,4. O crescimento decorre principalmente:

- a) Do impacto positivo da revisão tarifária ocorrida no final de agosto de 2005, com percentual total de 15,95%;
- b) Do reajuste tarifário de 14,58% obtido ao final de agosto de 2006 que reconheceu, como componente financeiro, o impacto tarifário da universalização ao acesso de energia elétrica, no montante de R\$ 34,0 milhões;
- c) Do crescimento de volume de energia vendida, que entre 2003 e 2006 cresceu a uma taxa média composta de 26,8% ao ano.

O mercado da CEMAR vem crescendo em ritmo mais acelerado que a média nacional. Entre 2003 e 2006, o mercado do Maranhão registrou uma taxa média composta de crescimento de 6,5% ao ano no número de consumidores e de 5,0% em energia vendida.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2006, os custos e as despesas operacionais (gerenciáveis e não-gerenciáveis, excluindo-se depreciação e amortização) foram de R\$ 511,6 milhões, o que representou 59,8% da receita líquida, e significa uma redução de 12,0 pontos percentuais em comparação aos 71,8% da receita líquida que os R\$ 477,9 milhões de custos e despesas atingiram em 2005.

Os custos e despesas operacionais gerenciáveis – com pessoal, material, serviços de terceiros e outros (excluindo-se provisões, gastos com reestruturação e outras despesas não recorrentes) – foram de R\$114,9 milhões em 2006, ou 13,4% da receita líquida, uma diminuição de 5,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior (R\$ 126,4 milhões).

As despesas com pessoal, desconsiderando-se os custos relativos à reestruturação do quadro funcional, decresceram 11,9% em comparação com 2005: passando de R\$51,7 milhões para R\$45,6 milhões, em razão da redução de 10,2% no número de empregados próprios. Eles

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

somavam 1.292 em 31 de dezembro de 2005 e 1.160 em 31 de dezembro de 2006. As despesas com reestruturação totalizaram R\$ 9,5 milhões em 2006, 83,3% acima do valor observado em 2005, de R\$ 5,2 milhões, devido à aceleração do processo para atingir as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os gastos com serviços de terceiros foram de R\$ 59,0 milhões no ano, mantendo-se estáveis em relação aos R\$ 59,9 milhões registrados em 2005.

Na conta outros excluímos dois fatores não recorrentes, que conjugados atingem o montante de R\$ 13,3 milhões. O primeiro fator consiste no pagamento de multa de R\$5,7 milhões pelo descumprimento parcial do Termo de Ajuste de Conduta nº. 1/2004, assinado pela Aneel e pela CEMAR em março de 2004. Este termo, negociado e assinado durante o período de intervenção da Aneel na CEMAR, estabeleceu, dentre outros itens, as metas de DEC e FEC por município para os anos de 2004 e 2005. Algumas das metas estabelecidas neste termo eram irrealistas e não foram cumpridas pela CEMAR, o que ocasionou a referida multa. O termo de ajuste de conduta foi encerrado em 31 de dezembro de 2005, não cabendo nenhuma penalidade adicional à CEMAR. O segundo fator foi o reconhecimento de uma dívida com o INSS, incluída no PAES/REFIS, no valor de R\$7,6 milhões. Sem estes efeitos, a conta outros passa de R\$18,7 milhões para R\$5,4 milhões, que é 41,1% inferior ao montante de R\$9,1 milhões de 2005.

Um impacto significativo nas provisões para contingências decorre da reestruturação da Fascemar e do plano de previdência complementar dos colaboradores da CEMAR, que registrou um superávit de R\$20,9 milhões em 2006, possibilitando, de acordo com pareceres atuariais e com o estabelecido na Deliberação CVM 371 de 2000, a reversão total da provisão de déficit atuarial, de R\$11,0 milhões. Excluindo esse efeito, as provisões totais (PDD, perdas e provisões para contingências) atingiram em 2006 R\$24,9 milhões, 24,7% acima de 2005.

A PDD e as perdas atingiram em 2006 R\$17,4 milhões, ou 2,0% da receita líquida.

A Companhia espera manter a performance dos gastos gerenciáveis significativamente abaixo de valor estabelecido pela empresa de referência estipulada na revisão tarifária de 2005.

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Custos e Despesas Operacionais	2003	2004	Var.% 04x03	2005	Var.% 05x04	2006	Var.% 06x05
Pessoal	56,2	62,5	11,3%	51,7	-17,2%	45,6	-11,9%
Material	7,9	8,5	8,2%	5,6	-33,5%	4,9	-13,7%
Serviço de Terceiros	54,6	65,8	20,5%	59,9	-8,9%	59,0	-1,5%
Outros	-5,0	-2,7	-46,1%	9,1	-434,4%	5,4	-40,6%
PMSO	113,6	134,1	18,0%	126,4	-5,7%	114,9	-9,1%
PMSO (% Rec. Liq)	26,9%	25,5%	0,1 p.p.	19,0%	-8,0 p.p.	13,4%	4,6 p.p.
Provisões	0,1	47,1	-	20,0	-57,6%	24,9	24,7%
Reestruturação	0,0	3,5	-	5,2	48,2%	9,5	83,3%
Outras Despesas Não Recorrentes	0,0	0,0	-	0,0	-	2,3	-
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	113,7	192,6	69,4%	151,6	-21,3%	151,6	0,0%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS (% Rec. Liq)	26,9%	36,6%	9,7 p.p.	22,8%	-13,8 p.p.	17,7%	-5,1 p.p.
Energia Comprada e Transporte	149,5	172,9	15,6%	215,0	24,4%	242,1	12,6%
Encargos de Serviço do Sistema	41,0	54,7	33,3%	47,6	-13,0%	47,2	-0,8%
CCC	15,4	26,0	68,3%	22,7	-12,6%	33,9	49,2%
CDE	2,1	3,1	50,9%	4,4	40,7%	4,3	-2,4%
Amortização CVA	1,2	7,2	519,5%	21,9	204,5%	16,3	-25,2%
Outros Custos	6,5	-15,7	-341,5%	14,8	-194,2%	16,2	9,2%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	215,7	248,1	15,0%	326,3	31,5%	360,0	10,3%
CUSTOS E DESPESAS NÃO GERENCIÁVEIS (% Rec. Liq.)	51,1%	47,2%	-3,9 p.p.	49,0%	1,8 p.p.	42,1%	-6,9 p.p.
TOTAL	329,4	440,7	33,8%	477,9	8,4%	511,6	7,0%

Custos e Despesas Operacionais Não Gerenciáveis

Foi registrado um total de R\$ 360 milhões em 2006 em custos e despesas operacionais não-gerenciáveis, 10,3% acima de 2005, quando o valor foi de R\$ 326,3 milhões. Os gastos com energia comprada (incluindo a constituição de CVA) foram de R\$ 241,1 milhões no ano de 2006 e de R\$ 215,0 milhões em 2005, crescendo 12,6%.

O valor desembolsado com CCC (incluindo a constituição de CVA) foi de R\$ 33,9 milhões, o que representa um crescimento de 24,9% em relação ao ano anterior. Em relação à CDE, não houve alteração significativa entre 2005 e 2006. Em outros custos e despesas operacionais não-gerenciáveis, o total acumulado foi de R\$ 16,2 milhões em 2006, que representa uma variação absoluta positiva de R\$ 5,8 milhões em relação aos valores contabilizados no ano anterior (R\$ 10,3 milhões). Esse desempenho deve-se principalmente à contabilização dos gastos da CVA Passiva do PIS e Cofins (R\$ 8,9 milhões).

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Constituição e Amortização de CVA e de Ativos / Passivos Regulatórios

Após o reajuste tarifário de agosto, foram contabilizados ativos e passivos regulatórios e CVAs, que formaram uma reversão de despesa líquida de R\$5,2 milhões. Em dezembro de 2006, os principais componentes desse valor foram: (i) um ativo regulatório líquido de R\$242,1 milhões relativo ao reconhecimento do impacto tarifário do PLPT; e (ii) um passivo regulatório líquido de R\$19,0 milhões.

- EBITDA

O EBITDA atingiu R\$344,0 milhões, representando um crescimento de 82,4% em relação aos R\$ 188,6 milhões de 2005. A margem EBITDA (% da receita líquida) foi de 40,2% em 2006, o que significa elevação de 11,8 pontos percentuais em relação a 2005. Este valor é superior em R\$121,7 milhões ao valor do EBITDA regulatório estimado em R\$219,9 milhões para 31 de dezembro de 2006, que equivale ao valor da remuneração do capital estabelecido em nossa revisão tarifária de agosto de 2005 acrescido da quota de reintegração, e corrigido pelo IGP-M e pelo crescimento de mercado regulatório, descontado do Fator X.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$ 40,9 milhões, um aumento de 88,9% comparado ao resultado também negativo de R\$ 21,7 milhões em 2005. As receitas financeiras apresentaram uma diminuição de 12,2% no comparativo entre os períodos, passando de R\$ 60,5 milhões em 2005 para R\$ 53,1 em 2006.

Já as despesas financeiras aumentaram em 14,5% no último ano, de R\$ 82,1 milhões em 2005 para R\$94,0 milhões. Dos R\$ 11,9 milhões de diferença absoluta, R\$ 6,1 milhões são atribuídos à operação de financiamento de R\$ 136,1 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em abril de 2006, que registrou um custo de liberação de R\$6,1 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram de R\$64,4 milhões em 2006. As despesas referentes ao IR em 2006 não consideram: (i) reversão da provisão de imposto a pagar em 2005, de R\$9,4 milhões; (ii) o incentivo fiscal de R\$16,6 milhões obtidos junto à Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), que deduziu o imposto a pagar (efeito caixa) no ano e é registrado como reserva de capital na conta de patrimônio líquido e; (iii) a amortização do ativo fiscal diferido de R\$29,3 milhões.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os desembolsos efetivos (conceito caixa) com IR e CSLL em 2006 foram de R\$27,9 milhões, o que representou uma reduzida alíquota efetiva correspondente a apenas 11,6%.

I.R. / C.S.L.L. (R\$MM) - CEMAR	2005	2006
Despesa I.R. / C.S.L.L.	241,9	-64,4
Reversão da Provisão 2005	0,0	-9,4
(-) Ativo Fiscal Diferido	-259,2	29,3
(-) Incentivo ADENE	0,0	16,6
= Imposto Caixa	-17,3	-27,9
LAIR	117,8	241,8
Taxa Efetiva de I.R. / C.S.L.L. (%) -> Caixa	14,7%	11,6%

Lucro Líquido

Foi alcançado um lucro líquido de R\$ 177,5 milhões em 2006. O registro do ativo fiscal diferido no ano de 2005 distorce a comparação com a performance de 2006, mas, excluindo-se o efeito não-recorrente desse evento, registra-se um crescimento de 76,7% com relação àquele ano, que teria registrado um lucro ajustado pró-forma de R\$100,4 milhões.

Endividamento

O endividamento total, incluindo encargos, atingiu R\$ 594,5 milhões em 2006, uma elevação de R\$ 90,2 milhões, ou 17,9%, em relação ao ano anterior. No último período, a dívida líquida, considerando-se as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, foi de R\$ 291,4 milhões, 4,5% inferior se comparada ao valor de R\$ 305,0 milhões em 2005, representando um múltiplo do EBITDA do mesmo ano de 0,8 vezes.

O aumento da dívida bruta é justificado pelas liberações das parcelas no montante de R\$ 65,1 milhões da linha de financiamento concedida pelo BNB para a CEMAR, e de R\$25,7 milhões de recursos financiados pela RGR para execução do Programa Luz para Todos. Foi mantida a qualidade do perfil da dívida da CEMAR: custo médio atrativo (12,5% ao ano ou 83,3% do CDI em 2006) e prazo médio de 9,5 anos. Seu perfil concentra-se no longo prazo, com apenas 7,6% das amortizações previstas para o curto prazo.

Investimentos

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos CEMAR

Os investimentos da CEMAR, excluindo-se os diretos relacionados ao programa Luz Para Todos, totalizaram R\$ 136,9 milhões em 2006, o que representa um aumento de 33,3% em relação a 2005, (R\$ 102,7 milhões). A taxa média composta de variação do investimento da CEMAR entre 2003 e 2006 foi de 63,2%, o que coloca a CEMAR em um nível diferenciado em relação a outras distribuidoras, que investem abaixo da taxa de depreciação regulatória. Assim, espera-se uma contribuição positiva desse elemento na revisão tarifária em 2009, uma vez que será mantido o ritmo de investimentos bem acima da taxa de 4,2% de depreciação regulatória sobre a base de remuneração bruta.

Investimentos programa Luz Para Todos

Ao final de 2006, foi alcançada a marca de 103 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente cerca de 515 mil habitantes.

O investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais, serviços de terceiros e impostos correlacionados, foi de R\$ 169,1 milhões, um crescimento de 31,4% em relação ao ano de 2005.

Geração de Caixa

DRE	2003	2004	2005	2006
FC das Atividades Operacionais				
<i>Lucro Líquido</i>	(52.999)	(31.073)	359.650	177.470
<i>(+) Despesas Não Caixa</i>	59.098	90.166	(163.448)	49.129

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(+/-) <i>Variações Ativas</i>	14.641	(20.752)	(35.938)	(83.787)
(+/-) <i>Variações Passivas</i>	(9.540)	(105.781)	41.042	67.893
(=) FC das Atividades Operacionais	11.199	(67.441)	201.306	210.704
FC das Atividades de Investimento				
<i>Atividades de Investimento Próprias</i>	(35.500)	(58.481)	(74.214)	(131.360)
Investimentos CEMAR*	(31.500)	(49.000)	(102.728)	(136.914)
Almoxarifado de Investimento Próprio	(4.492)	(13.878)	26.735	1.549
Outras Variações de Imobilizado Próprio	492	4.397	1.779	4.005
<i>Atividade de Investimento PLPT</i>	-	(2.857)	(142.835)	(190.831)
Investimentos Diretos PLPT	-	-	(128.732)	(169.099)
Almoxarifado de Investimento PLPT	-	(2.857)	(14.103)	(21.732)
(=) FC das Atividades de Investimento	(35.500)	(61.338)	(217.049)	(322.192)
FC das Atividades de Financiamento				
<i>Atividades de Financiamento Próprias</i>	62.180	141.734	(27.735)	(36.248)
Empréstimo e Financiamento	62.180	(190.926)	(27.735)	29.336
Dividendos Pagos	-	-	-	(84.794)
Aumento do Capital	-	332.660	(0)	19.210
<i>Atividades de Financiamento PLPT</i>	-	67.773	54.050	192.883
(=) FC das Atividades de Financiamento	62.180	209.507	26.316	156.635
(=) FC Anual	37.880	80.728	10.572	45.147
Caixa Inicial	25.115	62.995	143.723	154.295
Caixa Final	62.995	143.723	154.295	199.443

A variação total de caixa em 2006 foi positiva em R\$45,1 milhões, muito superior ao fluxo positivo em 2005, de R\$10,6 milhões.

Fluxo de Caixa Operacional: As atividades operacionais da CEMAR geraram um fluxo positivo de R\$210,7 milhões devido: (i) ao lucro líquido de R\$177,5 milhões; (ii) às despesas não-caixa de R\$49,1 milhões, variações ativas negativas de R\$83,8 milhões e variações passivas positivas de R\$67,9 milhões em 2006. A comparabilidade com o ano de 2005 fica comprometida diante do registro do ativo fiscal diferido de R\$259,6 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: O ano de 2006 registrou uma saída de caixa no montante de R\$322,2 milhões, devido: (i) investimentos próprios (incluindo investimentos indiretos no Programa Luz Para Todos) de R\$136,9; (ii) investimentos diretos do PLPT no montante de R\$169,1; e (iii) outras variações no ativo imobilizado e almoxarifado de investimentos próprios e do PLPT, que geraram uma variação negativa de R\$16,2 milhões.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento: As entradas líquidas de recursos foram de R\$156,6 milhões devido: (i) às entradas de recursos dos fundos RGR e CDE para fazer frente às necessidades do PLPT; (ii) à entrada de recursos próprios e de terceiros no montante de R\$48,5 milhões; e (iii) ao pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia referente ao exercício de 2005 no montante de R\$84,3 milhões.

Indicadores de Eficiência Financeira e Operacional

Os ganhos de produtividade obtidos nos últimos três anos foram expressivos. O grau de eficiência medido pelo número de consumidores por empregado foi ampliado de 748, em 2003, para 1100, em 2006, o que traduz uma taxa de crescimento ponderada composta de 13,7% no período. Esse aumento de produtividade também se refletiu nas métricas de geração de caixa por MWh e por consumidor. Os índices de EBITDA por MWh e EBITDA por consumidor observaram taxas de crescimento ponderada compostas de 47,2% e 45,7%, respectivamente. Os índices de PMSO por MWh e por consumidor apresentaram taxas de variação ponderada compostas negativas em 4,3 e 5,3, respectivamente. Esses ganhos de produtividade foram decorrentes da ampla reestruturação a partir de maio de 2004. A empresa acredita na obtenção de ganhos adicionais de eficiência por meio do foco na busca de oportunidades de melhoria.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DA CEMAR

CEMAR

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Octavio Pereira Lopes
- Vice-Presidente: Gilberto Sayão da Silva
- Conselheiros: Carlos Augusto Leone Piani, Eduardo Alcalay, Firmino Sampaio, André Soares de Sá, Antonio Frederico Pereira da Silva, Fernando Antonio

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Magalhães de Sousa, José Carlos Muniz de Brito Filho, Eudo Monteiro Resplandes, Arlindo Soares Castanheira e João Vicente Amato Torres

CONSELHO FISCAL

Marcelo Meth, João Marcello Dantas Leite, Marcelo Sousa Monteiro, Egídio Schoenberger, Denise da Cunha D'Angelo Palácio, Wancler Ferreira da Silva (suplente), Luiz Otávio Bianchini Laidner (suplente), Marcio Barbosa Lins (suplente), Sidney do Lago Júnior (suplente) e Marcos André de Dios Romar (suplente).

COMITÊS

Comitê de Remuneração: Responsável pela deliberação dos montantes de remuneração fixa e variável para os administradores e colaboradores da Companhia, amparada pelos resultados atingidos no ano em comparação com as metas estabelecidas previamente. É composto pelos membros do Conselho de Administração André Soares de Sá, Eduardo Alcalay e Gilberto Sayão da Silva.

Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações

Responsável pela condução do programa de distribuição de opções de ações da CEMAR para seus diretores e colaboradores. É composto pelos membros do Conselho de Administração André Soares de Sá, Eduardo Alcalay e Gilberto Sayão da Silva.

Comitê de Auditoria

Composto pelos membros do Conselho de Administração André Soares de Sá, Antônio Carlos Muniz de Brito Filho e Firmino Sampaio, reúne-se no mínimo quatro vezes ao ano ou por convocação do presidente do Conselho de Administração. Tem como funções básicas: monitorar os resultados da auditoria interna da CEMAR para identificar e recomendar ações relativas aos resultados; acompanhar as recomendações feitas pelo auditor independente e pela auditoria interna; e analisar as publicações financeiras trimestrais e anuais da CEMAR, recomendando ao seu Conselho de Administração o que for apropriado.

DIRETORIA EXECUTIVA

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Assim como na Companhia, os diretores executivos da CEMAR estão encarregados de gerir seus assuntos e executar as orientações de seu Conselho de Administração.

No Estatuto Social da CEMAR consta que a Diretoria será composta de, no mínimo três diretores, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor Administrativo Financeiro. Os demais membros não têm designação específica. Todos cumprem mandatos de três anos, permitida a reeleição.

CEMAR – Diretoria Executiva

- Carlos Augusto L. Piani, Diretor-Presidente
- Leonardo Dias, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Eduardo Lobo, Diretor de Gente
- Marcelino Machado, Diretor Comercial
- Tinn Amado, Diretor de Assuntos Regulatórios
- Augusto Miranda, Diretor de Engenharia
- José Jorge Leite Soares, Diretor de Relações Institucionais e Planejamento

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A CEMAR é controlada pela Equatorial, constituída pela GP Investimentos e pelo UBS Pactual. O relacionamento entre os acionistas do bloco de controle é regido por um Acordo de Acionistas, que confere a ambos direito de veto em questões relevantes, como dividendos, investimentos, aquisições e emissões de novas dívidas.

GP Investimentos: É um dos líderes no mercado de *private equity* no Brasil e, desde sua criação, em 1993, captou mais de US\$ 1,5 bilhão de investidores brasileiros e internacionais e adquiriu mais de 35 companhias em nove diferentes setores. Em maio de 2006, concluiu sua Oferta Pública Inicial (IPO), tornando-se a primeira companhia de *private equity* listada em bolsa no Brasil.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

UBS Pactual: A instituição tem histórico relevante de atuação no setor elétrico. Em setembro de 2006 administrava aproximadamente R\$ 49,9 bilhões de recursos de terceiros. No segmento de *private equity*, detém investimentos em diferentes áreas da indústria. Já no setor elétrico, deteve participação no controle da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A.

• Dividendos

A política de dividendos da CEMAR consiste na distribuição de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com seu Estatuto, o dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembléia Geral da Companhia deliberar, sem oposição de qualquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 25% ou mesmo a retenção integral do lucro líquido.

Em 2006 foram pagos R\$ 84,8 milhões referentes à distribuição de lucros na forma de dividendos do exercício de 2005.

A administração da CEMAR proporá à Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada em 5 de abril de 2007, a distribuição de R\$164,9 milhões referente ao exercício de 2006, na forma de dividendos distribuídos após aprovação pela AGO.

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS (R\$ Milhões)		
Ano Fiscal	Ano de Pagamento	Valor
2004	2005	-
2005	2006	84,8
2006	2007	164,9

CEMAR – Conselho de Administração

- Presidente: Octavio Pereira Lopes
- Vice Presidente: Gilberto Sayão da Silva
- Conselheiros: Carlos Augusto Leone Piani, Eduardo Alcalay, Firmino Sampaio, André Soares de Sá, Antonio Frederico Pereira da Silva, Fernando Antonio Magalhães de Sousa, José Carlos Muniz de Brito Filho, Eudo Monteiro Resplandes, Arlindo Soares Castanheira e João Vicente Amato Torres

Conselho Fiscal da CEMAR

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Marcelo Meth, João Marcello Dantas Leite, Marcelo Sousa Monteiro, Egídio Schoenberger, Denise da Cunha D'Angelo Palácio, Wancler Ferreira da Silva, Luiz Otávio Bianchini Laidner, Marcio Barbosa Lins, Sidney do Lago Júnior e Marcos André de Dios Romar.

CEMAR – Diretoria Executiva

- Carlos Augusto L. Piani, Diretor-Presidente
- Leonardo Dias, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Eduardo Lobo, Diretor de Gente
- Marcelino Machado, Diretor Comercial
- Tinn Amado, Diretor de Assuntos Regulatórios
- Augusto Miranda, Diretor de Engenharia
- José Jorge Leite Soares, Diretor de Relações Institucionais e Planejamento

Custódia e Escrituração das ações e Atendimento aos Acionistas:

Itaú

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira 707

Torre Eudoro Villela – 9º Andar

04.344-902 – São Paulo, SP – Brasil

Telefone: +55 (11) 5029-7780

Audidores Independentes:

KPMG Auditores Independentes

Mercado de Negociação de Títulos e Valores Mobiliários

Bolsa de Valores de São Paulo

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria externa. A política de contratação adotada pela

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

A Companhia atua no mercado de distribuição de energia elétrica no estado do Maranhão, com uma área de abrangência de 333 mil km², correspondendo a 4% do território nacional, e com uma população estimada em 5,9 milhões de habitantes.

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (“Companhia”), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, além da construção e a operação de sistemas de geração, em pequena escala. Em consonância com a regulamentação setorial a Companhia pode administrar sistemas de sub-transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencente à União, ao Estado ou aos Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, e realizar demais procedimentos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Entre agosto de 2002 e abril de 2004, a CEMAR esteve sob intervenção administrativa da ANEEL. Tal intervenção foi encerrada com a troca de controle da Companhia. Desde então, a nova administração da CEMAR vem implementando uma reestruturação financeira e operacional, focando suas atividades em seus clientes e no retorno do acionista. O processo de reestruturação abrange diversas áreas, desde a renegociação de contratos de financiamento, com o correspondente alongamento do perfil da dívida, até renegociações do fornecimento de materiais e prestação de serviços, implementação de uma política mais contundente na cobrança das contas em atraso e, por conseguinte, uma política de arrecadação mais eficiente. Estas ações contribuíram para que a CEMAR revertisse o passivo a descoberto verificado em 31 de dezembro de 2003 no montante de R\$146.527, passando a apresentar um patrimônio líquido positivo. Em 31 de dezembro de 2006 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$454.779.

A Companhia possui suas ações preferenciais, negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado (SOMA).

2 CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

vigência até 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

A energia adquirida é comercializada junto a consumidores residenciais, industriais, comerciais, rurais e a órgãos dos poderes públicos. Devido à redução nos montantes dos contratos iniciais no ano de 2005 e conforme a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, Decreto/Lei 5.163 de 30 de julho de 2004, a CEMAR adquiriu energia na modalidade de Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), para atender 100% do Mercado Regulado em energia contratada até 2016, sendo permitido o repasse de até 103% dos montantes contratados para as tarifas de fornecimento de energia.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as determinações da Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com a legislação específica emanada pela ANEEL. Essas demonstrações financeiras incorporaram as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: (i) Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) - Apresentação e Divulgações, emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil em 3 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488 naquela mesma data; e (ii) Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo IBRACON em 3 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489 naquela mesma data.

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins comparativos, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às deliberações mencionadas, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. As principais alterações resultantes da aplicação dessas Deliberações foram as seguintes:

- Apresentação do grupo “Não circulante” no ativo e no passivo;
- Apresentação da provisão para contingências líquida de seus respectivos depósitos judiciais; e
- Adicionalmente, o ativo referente ao reposicionamento tarifário foi reclassificado da rubrica de Consumidores e Revendedores para Pagamentos antecipados.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

a) Demonstrações dos fluxos de caixa

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Preparada de acordo com a NPC 20 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitida pelo IBRACON.

b) Demonstrações do valor adicionado

A Administração está divulgando, nos moldes do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1.010/05, a demonstração do valor adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia. Foram efetuadas reclassificações de determinadas informações contidas na demonstração do resultado tradicional, tendo em vista serem consideradas na demonstração do valor adicionado como distribuição do valor adicionado gerado.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e contribuição diferidos ativo, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c) Moeda Estrangeira

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d) Ativos circulante e não circulantes:

- Aplicações em mercado aberto

Demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- Consumidores e revendedores

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência (vide Nota Explicativa 6).

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa 6a).

- Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado pelo custo de aquisição.

- Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes dos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial de baixa renda, estabelecida pela Lei nº 10.438/02 (vide Nota Explicativa 7).

- Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC's, conforme determina a Portaria nº 815 do DNAEE, de 30 de novembro de 1994, e as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução nº 02 da ANEEL de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999 (vide Nota Explicativa 12). O valor apurado para

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

depreciação é debitado parte no resultado e parte no custo das obras em andamento, em função da utilização de tais bens.

Os gastos que representam o aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem são considerados como ativo imobilizado e capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado, respeitando-se o regime de competência.

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 da ANEEL, de 26 de outubro de 2001, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão é apresentado como redutor do Ativo Imobilizado. As citadas obrigações referem-se aos valores recebidos de consumidores para possibilitar a realização dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica, e aos recursos recebidos da União, do Estado do Maranhão e de outras fontes, com fins específicos de financiamento de obras de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, incluindo os recursos do Programa Nacional de Universalização e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural (Nota Explicativa 14d).

- Demais ativos circulantes e não circulantes

Estão apresentadas pelo valor líquido de realização.

e) Passivos Circulantes e não circulantes:

- Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e debêntures

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial incorrida até a data do balanço, além dos juros e demais encargos previstos contratualmente e apropriados como despesas financeiras até a data do balanço.

- Provisão para contingências

Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da CEMAR. O saldo da provisão para contingências está apresentado líquido de seus respectivos depósitos judiciais.

- Demais passivos circulantes e não circulantes

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

f) Provisões:

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos foram calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

h) Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão patrocinado pela CEMAR são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação nº371/00 da CVM.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 APLICAÇÕES EM MERCADO ABERTO

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais de primeira linha, remuneradas na sua maior parte, conforme variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. Dentre as aplicações está o fundo exclusivo FIQ-Araçagy, no montante de R\$118.217 (R\$124.791 em 31 de dezembro de 2005), cujos únicos quotistas são a Companhia e sua controladora, e tem sua carteira composta por quotas de outros fundos de investimento não exclusivos. Em 21 de julho de 2006, o mencionado fundo migrou para a administração, gestão e custódia da INTRAG-DTVM, uma subsidiária integral do Banco Itaú S.A., assim como teve seu nome alterado de Fundo de Investimento CEMAR para Fundo de Investimento Araçagy (FIQ-Araçagy).

Instituição	Tipo de Aplicação	2006	2005
CEF	Fundos de Investimentos	-	218
Banco do Nordeste	LFT	5.050	1.125
Bradesco	Fundos de Investimentos	5.030	4.434
	CDB	583	789
HSBC	CDB	9.004	-
Itaú	CDB	9.004	-
	Fundos de Investimentos	118.217	-
UBS Pactual	Fundos de Investimentos	821	125.336
	Letras do Tesouro Nacional	120	184
Total		147.829	132.086
Ativo Circulante		147.829	132.086

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Vencidos			2006		2005	
	Vincendos	Até 90dias	Mais de 90 dias	Total	PDD	Total	PDD
Fornecimento faturado							
Setor Privado							
Residencial	31.216	24.078	6.092	61.386	7.223	43.129	3.757
Industrial	9.219	3.382	4.562	17.163	3.110	15.931	3.703
Comercial, serviços e outras	18.644	7.677	4.777	31.098	4.149	21.086	889
Rural	2.922	2.196	1.738	6.856	600	4.019	84
	62.001	37.333	17.169	116.503	15.082	84.165	8.433
Setor Público							
Poder Público	4.710	4.893	1.286	10.889	831	8.080	275
Iluminação Pública	3.433	932	4.234	8.599	4.403	8.108	5.541
Serviço Público	5.574	1.539	2.157	9.270	1.199	5.496	549
	13.717	7.364	7.677	28.758	6.433	21.684	6.365
Fornecimento não faturado	23.805	-	-	23.805	-	20.516	-
PERCEE	113	-	-	113	-	113	-
Encargo de capacidade emergencial	-	1	182	183	-	1.114	-
Parcelamento	24.495	948	2.849	28.292	1.948	29.897	1.531
Outras	678	2.513	1.573	4.764	4.194	9.633	4.916
Subtotal - Consumidores	124.809	48.159	29.450	202.418	27.657	167.122	21.245
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6 c)	8.634	-	197	8.831	197	9.501	1.490
Concessionárias	204	-	-	204	-	12	-
Cheques em cobrança	-	-	4.722	4.722	4.722	3.087	3.087
Serviços prestados a terceiros	-	-	1.006	1.006	764	2.906	2.906
Total	133.647	48.159	35.375	217.181	33.340	182.628	28.728
Ativo Circulante	117.928	48.159	32.212	198.299	30.177	163.798	26.435
Ativo Não Circulante	15.719	-	3.163	18.882	3.163	18.830	2.293

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está de acordo com os critérios definidos na Instrução Geral 6.32 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos

Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros – vencidos há mais 360 dias.

b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (energias no curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos. Tais sobras são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que estas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela CEMAR, utilizando as informações disponíveis.

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

A divulgação da apuração das operações efetuadas no âmbito da CCEE, para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, apresentou o montante de R\$64.986. Deste total, há um saldo a receber de R\$8.010, que está sendo contestado judicialmente. Este saldo pode sofrer modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Do saldo restante, o valor de R\$1.490 representa inadimplência. Desse total, R\$197 está provisionado e R\$1.293 está em cobrança judicial, e atendendo aos critérios fiscais, foi levado à perda, obtendo-se assim o benefício fiscal com a redução do IR/CSLL. As demais operações realizadas até 31 de dezembro de 2006 geraram direito a crédito de R\$624.

A receita total em 2006, líquida dos ajustes de períodos anteriores divulgados pela CCEE, monta a R\$5.163 (R\$1.031 em 2005).

c) Acordo Geral do Setor Elétrico:

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o Acordo Geral do Setor Elétrico, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que ocorreu por meio

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

As Resoluções nº 480/2002 (perda de margem) e nº 001/2004 (ressarcimento do gerador) da ANEEL homologaram os valores referentes a CEMAR de R\$29.250 e R\$33.570, respectivamente. As perdas de margem foram repassadas para a concessionária enquanto que a energia livre arrecadada dos consumidores foi repassada aos geradores de energia, acrescidos dos impostos incidentes sobre o faturamento e da atualização monetária, conforme estipulado pelas Resoluções nº 369/2002 e nº 36/2003 da ANEEL. A Resolução nº 001/2004 da ANEEL fixou em 46 meses o prazo máximo de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE na tarifa da CEMAR, contados a partir de dezembro de 2001 e encerrando-se em outubro de 2005. A Companhia em cumprimento ao dispositivo legal suspendeu em outubro de 2005 a cobrança da RTE.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Para o item Perda de Margem , a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a.; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., e para as geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN); e
- Para o item Parcela A, a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Em setembro de 2005 a CEMAR terminou de recuperar todo o ativo regulatório correspondente à RTE, restando em seu passivo um valor não arrecadado a repassar aos geradores.

Em conformidade aos Ofícios Circulares nº 2.212/2005 e nº 074//2006 da ANEEL/SFF este montante foi atualizado pela variação da SELIC e registrado como fornecedores - Ressarcimento aos Geradores.

Em setembro de 2006, a CEMAR emitiu correspondência aos geradores informando os valores que cada um tinha a receber (R\$5.297), considerando 100% do montante arrecadado até momento pela CEMAR, deduzidos de impostos e encargos, conforme Resoluções nº 36/2003, nº 089/2003 e nº 045/2004 da ANEEL. Em 31 de dezembro de

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2006, o valor restante a repassar aos geradores era de R\$221 (R\$3.151 em 31 de dezembro de 2005).

Os principais itens do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ATIVO - Recomposição Tarifária - RTE		
Perda de Margem mais Tributos	37.659	37.659
Energia Livre mais Tributos	<u>34.841</u>	<u>34.841</u>
	72.500	72.500
Atualização	20.328	20.328
Amortização da Perda de Margem e Energia Livre	<u>(92.828)</u>	<u>(92.828)</u>
SALDO DO ATIVO	<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO - Recomposição Tarifária - RTE		
Ressarcimento aos Geradores - Curto e Longo Prazo	(33.570)	(33.570)
Amortização do Ressarcimento (Pagamento aos Geradores)	48.047	42.526
Atualização	<u>(14.698)</u>	<u>(12.107)</u>
SALDO DO PASSIVO	<u>(221)</u>	<u>(3.151)</u>
EFEITO LÍQUIDO TOTAL DO ACORDO DO SETOR ELÉTRICO	<u>(221)</u>	<u>(3.151)</u>
Passivo Circulante	(221)	(3.151)

7 BAIXA RENDA

Em 1º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda. De acordo com tais procedimentos, em 31 de dezembro 2006 a Companhia possuía R\$11.273 (R\$9.167 em 31 de dezembro de 2005) a receber da Eletrobrás.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	2006		2005	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR sobre aplicação financeira	1.901	-	5.478	-
IR Antecipado (a)	-	-	3.800	-
CSLL Antecipado (a)	-	-	1.375	-
ICMS a recuperar CIAP (b)	16.980	31.387	7.041	17.337
COFINS a compensar (c)	503	2.337	503	-
PIS a compensar (c)	109	507	109	-
Outros	1.516	-	1.237	-
Total	21.009	34.231	19.543	17.337

(a) Em 31 de dezembro de 2005, o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondiam aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9,430, de 27 de dezembro de 1996.

(b) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

(c) O PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente. Ressalta-se que o valor de PIS e COFINS a compensar constante do ativo não circulante refere-se à exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições sociais, conforme mandado de segurança nº 2006.37.00.005574-3.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Desde 2004, a Companhia se encontra em processo de reestruturação, tendo este processo se iniciado com a reorganização da estrutura de capital em 2004, e continuado com a reorganização de suas atividades operacionais. Em função disto, a Administração, baseada no disposto na Instrução nº 371/02 da CVM, entendeu que o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias deveria ser reconhecido no exercício de 2005, considerando que as projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de janeiro de 2006, indicavam que esse ativo seria realizado em menos de 10 anos.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para sua recuperação, e estão registrados em consonância com as disposições da Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução nº 371 da CVM, de 27 de junho de 2002. Estão registrados no ativo circulante e no realizável a longo prazo da Companhia, considerando a expectativa de sua realização, determinada com base nas projeções de resultados futuros da Companhia, observando o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, exceto para os créditos decorrentes de diferenças temporárias, que serão integralmente recuperados no momento da realização do principal.

a) Composição dos Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2006	2005
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais	190.142	204.195
Diferenças temporais	6.532	14.009
	<u>196.674</u>	<u>218.204</u>
Contribuição social		
Base negativa	30.974	36.033
Diferenças temporais	2.351	5.044
	<u>33.325</u>	<u>41.077</u>
Total	<u>229.999</u>	<u>259.281</u>
Ativo Circulante	23.644	21.480
Ativo Não Circulante	206.355	237.801

b) Expectativa de Recuperação:

Baseada em estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser assim representada:

Expectativa de Realização	2007	2008	2009	2010	2011 a 2013	Total
Imposto Diferidos	26.592	30.654	30.588	32.389	109.776	229.999

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera. Tais estudos foram efetuados em 2005 e revisados no encerramento do exercício de 2006, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração da CEMAR em 18 de dezembro de 2006.

Do ativo de R\$259.281 constituído em dezembro de 2005, R\$29.282 foram realizados até 31 de dezembro de 2006.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2006		2005	
	IR	CS	IR	CS
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	241.823	241.823	117.776	117.776
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal	60.456	21.764	29.444	10.600
Adições:				
Despesas não dedutíveis	46.471	16.742	47.097	16.965
Exclusões:				
Reversões de provisões, RTD e ativos regulatórios	(60.118)	(21.643)	(58.256)	(20.973)
Outros itens:				
Compensação de prejuízo fiscal e Base negativa	(14.043)	(5.059)	(5.493)	(1.978)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	32.766	11.804	12.792	4.614
Incentivo PAT	(106)	0	0	0
Reversão da provisão de IR/CS apurada em 2005	(6.906)	(2.487)	0	0
Despesa	25.754	9.317	12.792	4.614
Alíquota efetiva (excluindo IR/CS Diferidos)	10,65%	3,85%	10,86%	3,92%
Ativo Fiscal Diferido	21.531	7.751	0	0
Despesa total	47.285	17.068	12.792	4.614
Alíquota efetiva com Ativo Fiscal Diferido	19,55%	7,06%	10,86%	3,92%

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Compensação de Variação de Custos da Parcela A (a)	35.944	21.524
Reposicionamento Tarifário Diferido (b)	72.690	21.799
Ativo regulatório PIS/COFINS (c)	2.733	2.632
Debêntures	44	61
Outros	1.443	959
Total	<u>112.854</u>	<u>46.975</u>
Ativo Circulante	33.698	44.299
Ativo Não Circulante	79.156	2.676

a) Conta de Compensação da Variação de Valores dos Itens da Parcela A – CVA:

A CVA, conforme Portaria Interministerial nº 025/02 do Ministério das Minas e Energia, representa os acréscimos dos custos não gerenciáveis incorridos pela Companhia, que somente serão considerados no próximo reajuste tarifário. De acordo com os procedimentos adotados pela ANEEL, o reajuste tarifário contempla percentuais para a amortização da CVA.

Do montante de R\$35.944 (R\$21.524 em 2005), R\$34.827 (R\$18.043 em 2005) correspondem a valores concedidos no reajuste tarifário de agosto de 2006, e que estão sendo amortizados desde então. A amortização acumulada em 2006 foi de R\$28.781 (R\$21.856 em 2005).

A ANEEL, através da Resolução nº 369, de 22 de agosto de 2006, homologou o resultado do reajuste tarifário anual da CEMAR. De acordo com a resolução, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Companhia foram reajustadas, em média, em 14,58%, sendo 10,07% relativos ao reajuste tarifário anual e 4,51% relativos aos componentes financeiros adicionais. O percentual de 4,51% será aplicado para a amortização da CVA.

Cabe destacar que parte significativa do reajuste tarifário concedido como componente financeiro reflete o pleito da CEMAR visando o reconhecimento do adicional de receita necessário para cobrir os custos incorridos, desde dezembro de 2004, com o “Programa Luz para Todos”, que não estavam cobertos pelas tarifas. Feita a análise prévia, a ANEEL considerou no cálculo do reajuste tarifário de 2006 da CEMAR um componente financeiro provisório de R\$34.008, que corresponde a um adicional no reajuste tarifário de 4,25%, ou seja, 94% do total de componentes financeiros reconhecidos pela ANEEL no reajuste tarifário de 2006. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia já havia recuperado R\$9.823, restando um saldo de R\$24.185.

Outra parcela relevante corresponde aos valores a serem devolvidos pela Eletronorte à CEMAR referentes à revisão do cálculo dos passivos regulatórios de PIS e COFINS, descontados da CEMAR na sua revisão tarifária de agosto de 2005, no montante de R\$5.558.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Reposicionamento Tarifário Diferido – RTD:

O processo de revisão tarifária, previsto nos contratos de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, aconteceu pela primeira vez no caso da CEMAR em agosto de 2005, e a sua realização está prevista a cada quatro anos. Este processo tem como objetivo redefinir o nível das tarifas de fornecimento de energia elétrica, baseando-se em custos operacionais eficientes e na adequada remuneração sobre os investimentos realizados de forma eficiente e prudente pelas empresas.

O processo de Revisão Tarifária da CEMAR teve início em 2004 e foi concluído no dia 22 de agosto de 2005 com a divulgação pela ANEEL do novo reposicionamento tarifário da Companhia. As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEMAR tiveram reajuste médio de 15,95%, sendo que a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Homologatória nº 196 de 22 de agosto de 2005, apenas o repasse imediato de 7,16% acrescido dos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica (CVA e ativos regulatórios) de 3,80%, implicando em um aumento tarifário total de 10,96%. O recebimento pela Companhia da diferença do índice, foi diferido em três parcelas para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A CEMAR vem apurando mensalmente a parcela do RTD, constituído pela diferença entre o índice médio homologado de 15,95% e o repasse autorizado para as tarifas. De acordo com a Resolução Homologatória nº 196, a ANEEL incluirá na parcela B dos reajustes tarifários dos próximos três anos (agosto de 2006, 2007 e 2008) o montante de R\$42.451 respectivamente para compensar a diferença do reajuste postergado.

Em agosto de 2006, a ANEEL homologou o reajuste tarifário, repassando para as tarifas de fornecimento o montante de R\$42.451 referente a primeira parcela do Reposicionamento Tarifário Diferido.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMAR havia apurado como Ativo Regulatório o valor total de R\$72.690 (R\$21.799 em 2005), classificado no ativo não circulante, dado a expectativa de realização. Ressalta-se que em 2005, o reposicionamento tarifário diferido estava classificado no grupo de consumidores e revendedores, no ativo circulante.

c) Ativo Regulatório PIS/COFINS:

Em 2004, a CEMAR registrou um ativo regulatório decorrente das majorações das alíquotas do PIS e da COFINS conforme a nova legislação (Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004). O reconhecimento desse ativo foi homologado pelo Ofício Circular nº 302 de 25 de fevereiro de 2005, que reconheceu o direito da CEMAR de requerer a compensação desse custo adicional na última revisão tarifária, o que ocorreu em agosto de 2005. A Resolução Homologatória nº 196, de 22 de agosto de 2005 incluiu no aumento da tarifa o montante necessário para a recuperação desse ativo. O saldo de R\$2.733, restante no ativo não circulante, representa as perdas apuradas no período de 1º de agosto a 28 de agosto de

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2005. O assunto está sendo discutido na ANEEL, pois existem divergências conceituais na definição dos créditos que compõem a base de cálculo.

11 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Adiantamento a Empregados	385	612
Alienações de Bens e Direitos	348	695
Outros Créditos	1.157	6.716
Total	1.890	8.023
Ativo Circulante	1.890	8.023

12 ATIVO IMOBILIZADO

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa Anual Média de Depreciação	2006	2005
Produção			
Imobilizado em Serviço		1.513	1.161
Depreciação Acumulada	4,92%	(898)	(864)
Imobilizado em Curso		169	352
		<u>784</u>	<u>649</u>
Distribuição			
Imobilizado em Serviço		1.315.283	1.075.373
Depreciação Acumulada	4,23%	(512.785)	(464.890)
Imobilizado em Curso		233.089	182.238
		<u>1.035.587</u>	<u>792.721</u>
Comercialização			
Imobilizado em Serviço		9.267	6.749
Depreciação Acumulada	4,18%	(3.483)	(2.675)
Imobilizado em Curso		1.774	2.583
		<u>7.558</u>	<u>6.657</u>
Administração Central			
Imobilizado em Serviço		40.036	16.839
Depreciação Acumulada	7,93%	(11.080)	(7.190)
Imobilizado em Curso		8.111	7.831
		<u>37.067</u>	<u>17.480</u>
		<u>1.080.996</u>	<u>817.507</u>
Obrigações Vinculadas à Concessão			
Contribuições do Consumidor		(7.514)	(6.384)
Doações, Subvenções e Outras		(273.687)	(107.545)
Participação da União		(74.833)	(74.833)
		<u>(356.034)</u>	<u>(188.762)</u>
		<u>724.962</u>	<u>628.745</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação dos bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

bancária vinculada para aplicação na concessão. Em 2006 e 2005, não havia bens destinados à alienação.

a) Imobilizado em Curso:

O saldo das imobilizações em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito, compras em andamento e adiantamento a fornecedores, nos montantes de R\$191.651, R\$46.054, R\$1.475 e R\$3.963 respectivamente (R\$161.088, R\$29.540, R\$706 e R\$1.670 em 2005, respectivamente).

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$35.752 (R\$15.466 em 2005), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e refere-se principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$958 (R\$534 em 31 de dezembro de 2005), registrada em contrapartida da rubrica "Despesas não Operacionais". O saldo do imobilizado em curso na distribuição está apresentado líquido dessa provisão.

b) Taxas de Depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da ANEEL, alterada pela Resolução nº 473, de 6 de março de 2006 da ANEEL, são as seguintes:

Geração	%	Distribuição			
		Linhas, Redes e Subestações - Tensão < 69KV		Linhas, Redes e Subestações - Tensão > 69KV	
			%		%
Gerador	3,3				
Edificação	4,0	Banco de capacitores	6,7	Banco de capacitores	5,0
Turbina de Gás	5,0	Chave	6,7	Chave	3,3
Grupo Motor-Gerado	5,9	Condutor	5,0	Condutor	2,5
Motor de Combustão Interna	6,7	Edificação	4,0	Edificação	4,0
		Estrutura	5,0	Estrutura	2,5
Comercialização/Administração	%	Regulador	4,8	Regulador	3,5
Móveis e Utensílios	10,0	Religador	4,3	Religador	4,3
Edificação	4,0	Transformador	5,0	Transformador de Força	2,5
Veículos	20,0	Medidor	4,0	Disjuntor	3,0

c) Obrigações Vinculadas à Concessão:

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para as concessões de distribuição e comercialização, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

As contribuições dos consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica. As doações e subvenções são representadas substancialmente pelos valores não reembolsáveis repassados pela Eletrobrás para custeio do Programa Luz para Todos, no montante de R\$273.474 (R\$107.332 em 2005). A participação da União corresponde às verbas federais recebidas para a execução de empreendimentos elétricos vinculado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins da determinação dos indicadores financeiros.

13 FORNECEDORES

	2006	2005
Suprimento e Encargos de Conexão		
Eletronorte	2.424	13.319
Chesf	7.948	5.953
Copel	2.897	2.185
Furnas Elétricas	11.424	7.230
CESP	3.775	1.857
Cemig	1.355	-
Outros	3.282	2.409
Energia de Curto Prazo	624	302
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.600	5.694
Ressarcimento aos Geradores - Energia Livre	221	3.151
Materiais e Serviços	118.029	75.206
	157.579	117.306

a) Suprimento de Energia:

Em dezembro de 2005, terminaram os contratos iniciais de fornecimento de energia contratados pela CEMAR junto a Eletronorte e a CEPISA, que representavam uma aquisição de 932.112 MWh de energia. Entretanto, conforme o Decreto/Lei nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

negociou novos Contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito abaixo:

ENERGIA CONTRATADA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Leilão Chesf	148.920	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produto 2005/2012	2.922.632	2.922.632	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-	-
Produto 2006/2013	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-	-
Produto 2007/2014	-	405.307	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-	-
Produto 2008/2015	-	-	213.451	212.868	212.868	212.868	213.451	212.868	212.868	212.868	-
Proinfa	12.413	35.302	104.530	104.244	104.244	104.244	104.530	104.244	104.244	104.244	104.244
MCSD	52.665	52.665	52.001	52.665	52.665	52.665	52.001	-	-	-	-
MCSD 4%	32.412	32.412	32.501	32.412	32.412	32.412	32.501	8.926	-	-	-
MCSD Nov	41	247	247	247	247	247	247	247	-	-	-
Nova 2008/2022/2037	-	-	25.649	25.579	25.579	25.579	25.649	25.579	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	-	-	-	138.846	138.846	138.846	139.226	138.846	138.846	138.846	138.846
Nova 2010/2024/2039	-	-	-	-	369.847	369.847	370.861	369.847	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3	-	-	-	239.498	239.498	239.498	240.155	239.498	239.498	239.498	239.498
Leilão A-5	-	-	-	-	-	162.591	163.037	162.591	162.591	162.591	162.591
Leilão A-1	-	16.194	16.238	16.194	16.194	16.194	16.238	16.194	16.194	-	-
TOTAL - MWh	4.279.600	4.575.276	4.895.234	5.261.009	5.630.856	5.793.447	5.808.513	2.794.664	1.674.974	1.253.473	1.040.605

b) Encargo de Uso da Rede Elétrica:

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema – ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, visto a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2006				2005			
	Circulante			Total	Circulante			Total
	Encargos	Principal	Não Circulante		Encargos	Principal	Não Circulante	
MOEDA ESTRANGEIRA								
Tesouro Nacional (1)	225	1.010	13.152	14.387	199	1.186	15.814	17.199
	225	1.010	13.152	14.387	199	1.186	15.814	17.199
MOEDA NACIONAL								
Eletrobrás (2)		8.769	300.733	309.502	-	2.116	264.588	266.704
Eletronorte (3)		24.048	128.240	152.288	-	18.839	145.231	164.070
Instituições Financeiras (4)	1.019	107	71.200	72.326	-	7	5.228	5.235
	1.019	32.924	500.173	534.116	-	20.962	415.047	436.009
Empréstimos - dívida com a FASCEMAR (5)		3.646	24.822	28.468	-	3.173	24.239	27.412
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.244	37.580	538.147	576.971	199	25.321	455.100	480.620
OUTRAS DÍVIDAS								
Debêntures (6)	-	6.417	11.098	17.515	-	6.263	17.458	23.721
	0	6.417	11.098	17.515	0	6.263	17.458	23.721
TOTAL DA DÍVIDA	1.244	43.997	549.245	594.486	199	31.584	472.558	504.341

(1) O saldo com o Tesouro Nacional refere-se aos financiamentos dos contratos de médio e longo prazo e aos juros devidos a bancos comerciais e a outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/88 e nº 1.564/89 do Conselho Monetário Nacional – CMN, que foram objeto de permuta por bônus emitido pela União. Esta dívida está garantida por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia.

(2) Saldo da Dívida com a Eletrobrás:

- Os contratos com a Eletrobrás referem-se basicamente aos recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações, para o Programa de Supervisão, Automação e Controle – SAC e ao Programa de Conservação de Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias. Todos estes contratos foram renegociados em 27 de abril de 2004, através da assinatura do contrato de Renegociação das Dívidas. As principais características das novas condições repactuadas estão descritas no item (c) desta nota.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(3) Saldo da Dívida com a Eletronorte:

Fornecimento de energia : durante o 2º trimestre de 2004, as diferenças acumuladas relativas às faturas de junho a dezembro de 2001, relacionadas aos ajustes com o racionamento de energia adquirida para o período de janeiro a março de 2002 e as diferenças das faturas de abril a julho de 2002, acrescidas dos respectivos encargos, com saldo atualizado até 14 de abril de 2004 no montante de R\$120.256, foram objeto de renegociação, através do Contrato de Renegociação de Dívida nº 0152/04-A, celebrado em 27 de abril de 2004, que estabeleceu:

- Pagamento em 7 de maio de 2004, do montante de R\$21.227, corrigido monetariamente pelo IGP-M e acrescido dos juros nominais de 12% a.a. pró-rata dia; e
- O saldo remanescente de R\$99.029, está sendo corrigido monetariamente pelo IGP-M, acrescido dos juros nominais de 12% a.a., e pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, com vencimento no dia 27 de cada mês, sendo o primeiro vencimento em 27 de maio de 2004.

Transferência de ativos: saldo oriundo da transferência dos ativos correspondentes às instalações integrantes de seu sistema de 230 KV (“Termo de Transferências de Bens, Direitos e Instalações por Dação em Pagamento Parcial e Repactuação da Forma de Quitação de Débitos Remanescentes”). A diferença entre o valor dos bens transferidos e o saldo devedor da CEMAR com a Eletronorte resultou numa obrigação, para a qual a Companhia ofereceu como garantia a vinculação de até 25% de suas receitas. Em 27 de abril de 2004, foi assinado um novo Contrato de Renegociação de Dívida nº 0152/04-B, que repactuou a dívida, conforme descrito a seguir:

- Saldo devedor de R\$61.441, atualizados até 31 de dezembro de 2003 pela variação do IGP-M;
- Prazo de vencimento de 12 anos;
- Carência de 3 anos de amortização do principal conforme cláusulas descritas no respectivo instrumento contratual “Termo de Ajuste e Obrigações”; e
- Juros nominais de 12% a.a. mais a correção monetária pelo IGP-M.

(4) As operações com as instituições financeiras em moeda nacional correspondem aos empréstimos para capital de giro e investimentos, garantidos por nota promissória e em alguns casos por recebíveis. Entre os principais empréstimos com instituições estão:

- Concórdia / Fundo CCV: os bancos credores da Companhia, conjuntamente com os mencionados debenturistas, aderiram ao “Acordo”, assinado em 26 de março de 2004, e posterior “Aditivo” contratual, de 12 de abril de 2004, no qual os credores

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

privados se comprometeram a subscrever com os seus créditos uma nova emissão de debêntures.

- Banco do Nordeste: em abril de 2006, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$22.630, com a finalidade de financiar investimentos em redução de perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade do fornecimento de energia, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Em agosto de 2006, a CEMAR obteve a segunda liberação no montante de R\$22.231 e em outubro do mesmo ano, a terceira liberação no montante de R\$19.257. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE sofreu uma revisão no final de 2006, passando de 11,9% ao ano (até dezembro de 2006), para 9,78% ao ano (a partir de janeiro de 2007).
 - Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: em setembro de 2006, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$1.040 de principal sobre os quais incidem juros de TJLP + 2% ao ano, com a finalidade de financiar investimentos na otimização do desempenho da rede de distribuição e programas de eficiência energética.
 - Em 20 de abril de 2006, a CEMAR contratou financiamentos de R\$434 junto ao Banco do Brasil, lastreado por recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 9,5% ao ano. O prazo total deste financiamento é de 5 anos, com carência de 6 meses e amortização de 4,5 anos. Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Equatorial, e se destinam a financiar a renovação da frota composta por dois caminhões com guindaste, uma carreta e uma empilhadeira.
- (5) Em 20 de março de 2001, foi repactuado o contrato de confissão de dívida entre a CEMAR e FASCEMAR – Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto à FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito consolidado, em 31 de dezembro de 2006 corresponde ao montante de R\$28.468 (R\$27.412 em 31 de dezembro de 2005), e está garantido por recebíveis da CEMAR. A dívida resultante deste contrato tem seu pagamento em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001, com incidência dos juros correspondentes a 102% do DI over extragrupo, calculado e divulgado diariamente pela CETIP.
- (6) Vide Nota Explicativa 15.

a) Escalonamento das Parcelas de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Vencíveis

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Longo Prazo:

Em 31 de dezembro de 2006 os empréstimos, financiamentos e debêntures no longo prazo representam os montante de R\$549.245, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

<u>Vencimento</u>	<u>2006</u>	<u>%</u>
2008	54.698	9,96%
2009	54.137	9,86%
2010	42.663	7,77%
2011	59.510	10,83%
Após 2011	338.238	61,58%
	549.245	100,00%

b) Composição por Índice e Moeda:

Em moeda estrangeira

<u>Dólar norte-americano</u>				
<u>Indexador</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>US\$ mil</u>	<u>Varição Anual</u>	<u>Taxa de Juros</u>
Libor Semestral	14.387	6.723	-8,49%	Taxa mínima: LIBOR as+ 0,81% aa Taxa máxima: Pré-fixada em 8% aa
Em 31.12.2006	14.387	6.723		
Em 31.12.2005	17.198	7.347		

Em moeda nacional

<u>Indexador</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Varição Anual</u>	<u>Taxa de Juros</u>
IGP-M	382.695	19,08%	Spread mínimo: 4,0% aa Spread máximo: 13,4% aa
FINEL	58.316		Spread mínimo: 9,4% Spread máximo: 14,0% aa
Pré-fixado - RGR	44.018		RGR: 6,0% aa + Taxa de Administração: 2% aa
CDI	28.468		102% do CDI
Pré-fixado: FNE	65.129		14% aa; (com Bônus de Adimplemento de 15%, a taxa efetiva é 11,9% aa)
TJLP	1.473		TJLP + 5%aa (com Fator Redutor de 3%aa, o spread é 2% aa)
Em 31.12.2006	580.099		
Em 31.12.2005	487.143		

c) Resumo das Dívidas:

<u>Descrição</u>	<u>Data da Assinatura</u>	<u>Objetivo</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>Encargos Financeiros</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Eletrobrás					309.502	266.702

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RES 150/00-2035/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	IGP-M + 13,4%aa	85.495	78.083
RES 150/00-2033/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	RGR + 6,8%aa	2.581	2.511
RES 150/00-2034/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	43.110	41.217
ECF - 1510/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 14,0%aa	514	482
ECF - 1639/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 11,5%aa	6.039	5.724
ECF - 1645/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 13,6%aa	1.039	976
ECF - 1960/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2023	IGP-M + 4,0%aa	121.673	113.927
ECF - 1907/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 11,0%aa	853	810
ECF - 1908/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	6.761	6.464
ECF - 1473/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	RGR + 13,6%aa	204	193
ECFS - 027/04	2/6/2004	Cobertura dos custos diretos das obras referente ao PLPT	30/6/2016	RGR + 6,0%aa	15.636	16.315
ECF - 140/06	31/3/2006	Cobertura dos custos diretos das obras referente ao PLPT	31/3/2018	RGR + 6,0%aa	25.597	-
Eletronorte					152.288	164.071
Eletronorte - Protocolo	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/8/2015	IGP-M + 12,0%aa	90.257	83.139
Eletronorte - Suprimento	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/4/2009	IGP-M + 12,0%aa	62.031	80.932
BNB	23/11/2005	Modernização e Expansão	28/2/2017	11,9% aa	65.129	-
Tesouro Nacional					14.387	17.198
STN 01	12/5/1997	Renegociação de Dívida	11/4/2024	LIBOR SEM.+ 0,81% aa	3.361	3.675
STN 02	12/5/1997	Renegociação de Dívida	11/4/2024	6% aa	4.815	5.271
STN 03	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2009	LIBOR SEM.+ 0,81% aa	307	470
STN 04	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2014	8% aa	3.080	3.878
STN 05	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2012	LIBOR SEM.+ 0,88% aa	2.522	3.260
STN 06	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2009	LIBOR SEM.+ 0,88% aa	302	462
STN 07	12/5/1997	Renegociação de Dívida	12/4/2006	LIBOR SEM.+ 0,81% aa	-	182
Fascepar	20/3/2001	Renegociação de Dívida	2/3/2015	102% CDI	28.468	27.413
Debêntures 2ª Emissão	2/9/2004	Renegociação de Dívida	1/6/2009	IGP-M + 12,0%aa	17.515	23.721
Concórdia CCV	28/6/2004	Compra/Venda de Debêntures	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	2.862	2.618
Fundo CCV	28/6/2004	Compra/Venda de Debêntures	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	2.862	2.618
Finep	13/6/2006	Modernização e Expansão	30/6/2013	TJLP + 2%aa	1.045	-
Banco do Brasil					428	-
Banco do Brasil - Finame 01		Renovação de Frota	15/5/2013	TJLP + 9,5%aa	45	-
Banco do Brasil - Finame 02		Renovação de Frota	15/5/2013	TJLP + 9,5%aa	383	-
TOTAL DA DÍVIDA					594.486	504.341
Circulante					45.241	31.784
Não Circulante					549.245	472.558

d) Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural:

A ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25 de março de 2004, e nº 175, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Até 31 de dezembro de 2006 a CEMAR tinha investido R\$356.207 (R\$158.326 até 31 de dezembro de 2005) referente ao Programa de Universalização.

Em função do impacto do Programa Luz para Todos nas metas do Plano de Universalização, e visando a antecipação do prazo da Universalização, a ANEEL, através da Resolução nº 175, de 28 de novembro de 2005, solicitou uma nova revisão das metas para o período de 2005 a 2006 e estabeleceu o prazo até 30 de dezembro de 2005 para as concessionárias apresentarem um novo cronograma.

A CEMAR, em dezembro de 2005, encaminhou à ANEEL o cronograma revisado para o Plano de Universalização, o qual foi acatado pela agência reguladora.

Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e das empresas que compõem o sistema Eletrobrás.

Em maio de 2004 foi firmado um termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da Eletrobrás, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do programa Luz para Todos, na área de concessão da Companhia, propiciando o atendimento de aproximadamente 249.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria nº 416 da ANEEL, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades.

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº 027/2004, assinado em 2 de junho de 2004, com a Eletrobrás, e seus aditivos ECFS nº 027-A/2004, ECFS nº 027-B/2004 e ECFS nº 027-C, ainda vigentes. Este contrato e seus aditamentos prevêm o atendimento de 47.043 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$231.620.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em março de 2006, a Companhia assinou, também com Eletrobrás, o contrato ECFS nº 140/2006 – 2ª Tranche, referente a 2ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 59.856 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$275.434.

Os recursos da Eletrobrás serão aplicados conforme demonstrado a seguir:

- i. O montante equivalente a até 11,3% do custo total das respectivas obras de ambos os contratos, estimadas em R\$547.804, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, o qual corresponde à abertura de um crédito no valor de R\$61.902; e
- ii. O montante total equivalente a até 73,7% do custo total das respectivas obras, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de R\$485.902, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003.

Até 31 de dezembro de 2006 a Companhia já havia recebido um total de R\$122.347 mil, referentes ao contrato ECFS-027/2004, sendo R\$16.316 mil provenientes dos recursos da RGR e R\$106.031 mil da CDE; e R\$192.804 mil, referentes ao contrato ECFS-140/2006, sendo R\$25.707 mil provenientes dos recursos da RGR e R\$167.097 mil da CDE.

15 DEBÊNTURES (Valores expressos em Reais)

As debêntures, originalmente emitidas no montante de R\$150.000.000,00 em junho de 2001, foram aplicadas na melhoria da estrutura de capital da CEMAR e destinaram-se ao financiamento do capital de giro e às inversões no programa de investimentos para a melhoria e a expansão dos serviços prestados pela CEMAR.

a) Características da Primeira Emissão das Debêntures:

Valor Nominal Unitário:	R\$10.000.00
Quantidade:	15.000 debêntures.
Espécie:	Com garantia flutuante.
Conversibilidade e Forma:	Não conversível, nominativo escritural.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Prazo e Data de Vencimento:	60 meses, vencendo em 1º de junho de 2006.
<u>Juros Remuneratórios:</u>	100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – “Taxa DI”, expressa na forma percentual ao ano, na base de 252 dias úteis, acrescida da sobretaxa de 1% (um ponto percentual) efetiva ao ano, na base de 252 dias.

b) Renegociação:

Em 25 de março de 2004, foi realizada a 13ª Assembléia Geral de Debenturistas – AGD da Companhia, na qual os debenturistas presentes, representando 99,6867% das 15.000 debêntures em circulação, deliberaram os seguintes assuntos:

- i. Dos debenturistas presentes, o total que representava conjuntamente 97,7068% das debêntures em circulação, aprovaram os termos do “Acordo de Subscrição de Debêntures e Outros Pactos” (“Acordo”) apresentado, que ficou arquivado na sede do Agente Fiduciário, bem como re-ratificaram a proposta de reestruturação das dívidas da CEMAR aprovada nos termos da 8ª Assembléia Geral dos Debenturistas;
- ii. Os demais debenturistas, Fundos Concórdia Multi Investimento Financeiro (Fundo – CCV) e a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, que possuíam conjuntamente 2,6666% das debêntures em circulação, aceitaram ajustar os seus créditos em condições similares às disponibilizadas para a Eletrobrás e a Eletronorte.

Neste contexto, foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária – AGE de 30 de abril de 2004, a emissão pública de 73.642 debêntures da Companhia, com valor nominal de R\$1.000,00 cada, conversíveis em ações, com garantia flutuante. Tais debêntures foram emitidas em 16 de setembro de 2004, de acordo com a “Escritura da Segunda Emissão Pública das Debêntures Conversíveis em Ações e com Garantia Flutuante da Companhia”, com as seguintes características:

Características da Segunda Emissão das Debêntures:

Número da emissão:	2ª emissão
Série:	Única
Data da emissão:	16/09/2004
Quantidade:	73.642 debêntures

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Valor Nominal:	R\$1.000,00
Montante Líquido da Emissão:	R\$73.642.000,00
Valor Nominal do Prêmio:	R\$2.223,07
Espécie:	Com garantia flutuante
Tipo de emissão:	Simple
Natureza da emissão:	Pública
Conversibilidade e forma:	conversíveis em ações nominativa escritural
<u>Prazo e data de vencimento:</u>	60 meses vencendo a primeira parcela 30 dias após a data de emissão
<u>Atualização:</u>	de acordo com a variação da Taxa SELIC, no período de 29/02/2004 até a data da efetiva integralização que ocorreu em 16/09/2004. A partir da emissão, a atualização ocorre anualmente pelo IGP-M através de Bônus
<u>Juros:</u>	12% ao ano, a partir da data da integralização

A dívida relativa à segunda emissão de debêntures, consolidada e atualizada de acordo com a variação da "Taxa SELIC" no período de 29 de fevereiro de 2004 até a data da subscrição (16 de setembro de 2004), era de R\$1.084,78 para o valor nominal unitário; e de R\$2.411,55 para o respectivo valor do prêmio de emissão, perfazendo um total de R\$3.496,34 por debênture, e foi utilizada para aquisição das novas debêntures, ficando os créditos originalmente detidos pelos subscritores extintos.

O montante total de R\$177.591.596,20, correspondente ao prêmio de emissão das debêntures, foi contabilizado como reserva de capital no patrimônio líquido em 2004.

c) Acompanhamento dos *Covenants* das Debêntures Conversíveis em Ações:

As debêntures emitidas pela Companhia em 2004 possuem os seguintes *covenants*:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão do PASSIVO ONEROSO LÍQUIDO pelo LAJIDA dos últimos 12 meses menor ou igual a 4,5 (quatro e meio)

2º Covenant: Quociente resultante da divisão do LAJIDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS maior ou igual a 1,5 (um e meio).

R\$mil			
4T06	3T06	2T06	1T06

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dívida Bruta	594.486	565.815	535.098	514.880
(-) Dívida com Eletrobrás	(121.673)	(118.803)	(117.325)	(115.605)
= Passivo Oneroso	472.813	447.012	417.773	399.275
(-) Disponibilidades	(199.443)	(167.371)	(99.532)	(121.068)
(-) Baixa Renda a Receber	(11.273)	(15.190)	(9.572)	(8.869)
= Passivo Oneroso Líquido	262.097	264.451	308.669	269.338
Resultado do Serviço	80.906	95.463	52.779	54.554
Depreciação	15.426	14.708	13.664	13.103
LAJIDA	96.332	110.171	66.443	67.657
Despesas Não Recorrentes	(6.585)	10.803	13.449	5.732
Contingências	(9.007)	1.766	2.274	1.462
Despesas com Reestruturação	810	1.845	3.023	3.850
Provisão para Devedores Duvidosos/Perda	1.612	7.192	8.152	420
LAJIDA Ajustado Trimestral	89.747	120.974	79.892	73.389
LAJIDA Ajustado dos últimos 12 meses	364.002	349.903	283.400	247.741
Desp. Fin. Líquida Trimestral	10.295	9.386	9.038	8.073
Desp. Fin. Líquida dos últimos 12 meses	36.792	33.810	31.823	30.620
1º Covenant: <=4,5	0,7	0,8	1,1	1,1
2º Covenant: >=1,5	9,9	10,3	8,9	8,1

O não cumprimento destes *covenants* durante mais de dois trimestres consecutivos ou intercalados acarretará no vencimento antecipado das debêntures. Até 31 de dezembro de 2006 a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos *covenants*.

16 TAXAS REGULAMENTARES

	2006	2005
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	801	2.132
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	4.622	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	404	368
Taxa de Fiscalização - ANEEL	169	134
	5.996	2.634
Passivo Circulante	5.996	2.634

17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2006		2005	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS	690	606	1.114	470

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encargos Sociais e Outros	7.530	-	3.412	-
ICMS	16.559	2.583	19.953	197
Provisão de IRPJ / CSLL	2.239	-	18.919	-
PIS e COFINS	12.017	-	7.342	-
REFIS/PAES (a)	1.852	14.692	4.800	1.647
TOTAL	40.887	17.881	55.540	2.314

a) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS / Parcelamento Especial – PAES:

	2006	2005
Saldo no Início do Exercício	6.447	9.498
Complemento Provisão - INSS	7.122	-
Compensação com Depósito Recursal - INSS	(1.411)	-
Atualizações (Complemento Provisão - INSS)	6.627	-
Complemento Provisão - SRF	492	-
Pagamentos	(3.131)	(3.844)
Atualizações	398	793
Saldo no Final do Exercício	16.544	6.447
Passivo Circulante	1.852	4.800
Passivo Não Circulante	14.692	1.647

Em 29 de novembro de 2000, a CEMAR ingressou no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. Esse programa visa a regularização dos créditos da União, dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal – SRF e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, relativos aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2000. O programa previu, e foram utilizados, os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, para a liquidação dos valores correspondentes às multas e aos juros incluídos no programa, bem como à atualização monetária do saldo com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O pagamento da dívida fiscal apurada, no caso da CEMAR, estava sendo efetuado em 60 parcelas mensais desde março de 2000, segundo as regras do REFIS. Como garantia, em caso da exigibilidade da dívida com o REFIS, foram oferecidos os créditos oriundos das vendas da energia elétrica.

Em 30 de maio de 2003, através da Lei nº 10.684/03 (Parcelamento Especial – PAES), o Governo Federal permitiu um novo parcelamento em até 180 meses, para os débitos junto à Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social, vencidas até 28 de fevereiro de 2003, inscritos ou não na dívida ativa,

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mesmo em fase de execução fiscal ou que tivessem sido objeto de parcelamento anterior, com correção mensal da TJLP. Neste sentido a CEMAR, em 31 de julho de 2003, ingressou nesse programa optando pelo parcelamento em 120 meses, incluindo os débitos fiscais, onde houve a desistência de processos judiciais e administrativos.

Com o ingresso no Parcelamento Especial – PAES, a CEMAR assumiu determinadas obrigações conforme a legislação correspondente, dentre as quais se destacam:

- a autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal – SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira;
- o acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas;
- o cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; e
- o pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º de março de 2003, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento.

A exclusão da pessoa jurídica do PAES implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e a automática execução da garantia prestada.

Em 31 de dezembro de 2006, o “Extrato da Dívida do PAES SRF” emitido pela Receita Federal indica o montante devido de R\$4.206, integralmente provisionado pela Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2006, o “Extrato da Dívida do PAES INSS” emitido pelo o Instituto Nacional de Seguridade Social indica o montante de R\$12.338 devido pela Companhia. O valor foi integralmente provisionado considerando a compensação de R\$1.411 referente ao depósito recursal.

18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza da Ação	2006			2005		
	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida
Cíveis e Tributárias	42.872	3.447	39.425	47.883	5.873	42.010

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Trabalhistas	9.678	9.864	(186)	6.052	3.398	2.654
	52.550	13.311	39.239	53.935	9.271	44.664
Circulante	11.990	8.036	3.954	6.448	5.873	575
Não Circulante	40.560	5.275	35.285	47.487	3.398	44.089
	52.550	13.311	39.239	53.935	9.271	44.664

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelo departamento jurídico da CEMAR e por assessores externos, com valor estimado para as causas trabalhistas, tributárias e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. A Administração considera que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis no curso das ações em andamento, conforme descrição abaixo:

Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis e Tributárias

O valor provisionado com valor individual mais representativo corresponde à ação de Prestação de Contas de Taxa de Iluminação Pública – TIP, ação interposta pela Prefeitura do Município de São Luís contra a CEMAR, visando receber os valores decorrentes da arrecadação e questionando o repasse e os investimentos feitos no parque de iluminação pública da cidade. Em paralelo, a CEMAR interpôs ação similar, cujos feitos tramitam em apenso no cartório para decisão única. A perita oficial já apresentou laudo contábil e as partes se pronunciaram sobre os documentos por ela apresentados, aguardando o início da fase de instrução. Tramitam no Tribunal diversos recursos, dos quais um agravo julgado procedente deu a CEMAR o direito de ter sua prestação de contas avaliada pelo judiciário. Desta forma, as demonstrações financeiras da CEMAR contemplam provisão de R\$19.500.

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências monitoradas pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da Companhia e seus assessores externos, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível ou remota nos montantes de R\$33.162 e R\$9.748, respectivamente (R\$27.116 e R\$11.536, respectivamente, em 2005) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

19 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2.775	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.365	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.875	7.826
Total	<u>18.015</u>	<u>7.826</u>
Passivo Circulante	18.015	7.826

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico – P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006.

20 TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Em 18 de fevereiro de 2004, a CEMAR assinou o Termo de Ajuste de Conduta, repactuando com a ANEEL, as metas anuais dos indicadores de continuidade do serviço de distribuição referente aos conjuntos de unidades consumidoras específicas, pertencentes à área de concessão da Companhia.

A Superintendência de Fiscalização Econômica da ANEEL entendeu que deveria ser aplicada penalidade de multa de R\$5.671 pelo descumprimento do referido termo. Em 30 de setembro de 2006, a CEMAR contabilizou, na linha de "Outros passivos circulantes o montante de R\$5.783, equivalente ao valor da multa mais juros, sendo que esse montante foi pago no mês de outubro.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2006 representa R\$157.622 (R\$155.000 em 31 de dezembro de 2005) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Nominativas Classe A	Ações Preferenciais Nominativas Classe B	Total	%
EQUATORIAL ENERGIA	10.439.604.130.009	76.869.849.628	100.844.380.192	10.617.318.359.829	65,4%
ELETROBRÁS	5.401.704.810.698	45.938.700.316	60.906.950.572	5.508.550.461.586	33,9%
OUTROS	110.403.504.556	1.114.628.231	821.591.567	112.339.724.354	0,7%
TOTAL	15.951.712.445.263	123.923.178.175	162.572.922.331	16.238.208.545.769	100,0%

Durante o exercício de 2006, o Conselho de Administração da CEMAR aprovou, em 9 de março e em 30 de maio de 2006, o aumento do capital social da Companhia, nos montantes de R\$2.580 e R\$42, respectivamente, totalizando R\$2.622. O referido aumento ocorreu em função do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, através da subscrição de 207.632.034.607 ações ordinárias do capital da CEMAR pelo preço de R\$12,63 por lote de um milhão de ações.

De acordo com o Estatuto da Companhia as ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, e prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% para classe A e 10% para classe B.

Destinação do lucro

Em cumprimento às determinações da Lei 6.404/76, a Administração está propondo a destinação do resultado do exercício da seguinte forma:

	2006
Lucro do Exercício	177.470
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.932)
Lucro Ajustado	173.538
Reserva Legal (5%)	8.676
Dividendos	164.862

Reserva de capital – Reserva de incentivo fiscal

Em 25 de novembro e 21 de dezembro de 2005, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu os Laudos Constitutivos nº 289/2005 e nº 0323/2005, respectivamente, que outorgam à CEMAR:

- Laudo 0289 – 25% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no Estado do Maranhão até janeiro de 2008, declinando este

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

percentual para 12,5% a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013, e

- Laudo 0323 – 75% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no Estado do Maranhão até o final do ano calendário de 2015, incidente sobre o excedente da capacidade instalada do empreendimento no Estado do Maranhão.

Estes incentivos impõem algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Para poder ser usufruído, o incentivo precisava, também, da aprovação pela Receita Federal. Em 27 de março de 2006, o processo que estava sob análise da SRF, foi homologado e a Companhia passou a usufruir do benefício, retroativamente a janeiro de 2006. O efeito do benefício, acumulado até 31 de dezembro de 2006, totaliza R\$16.588.

Reserva de lucros – Reserva Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e defendido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

Reserva de lucros – Reserva Especial

Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76, baseada no fluxo de caixa da CEMAR que demonstrava a falta de capacidade financeira para distribuição integral do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a título de dividendos, a Administração propôs, no final daquele exercício, a destinação do resultado do exercício após as destinações legais aplicáveis, para uma conta de Reserva de Lucro - reserva especial, que foi aprovada pelo pela Assembléia Geral Ordinária de 10 de março de 2006.

Ajuste de exercícios anteriores

Em atendimento a Resolução Normativa nº 219, de 11 de abril de 2006, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Energia Elétrica – P&D, a Companhia reconheceu em 30 de junho de 2006, no patrimônio líquido, o ajuste no montante de R\$3.932, tendo como contrapartida a rubrica “Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética” no passivo circulante (vide Nota Explicativa 19), pelos valores não aplicados até 31 de dezembro de 2005, apurados desde o início do Programa.

Plano de Opção de Compra de Ações

Em 6 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Companhia propôs a criação do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR, que foi aprovado pela AGE – Assembléia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2005. O Conselho de Administração, em 30 de dezembro de 2005 implementou o referido Plano instituindo seu Comitê de Administração.

Estão habilitados a participar do mesmo os administradores e empregados da Companhia, na forma a ser definida pelo referido Comitê. O volume global oferecido é de até 3% das ações ordinárias da Companhia na data de constituição, correspondendo a 480.917.295.334 ações ordinárias, ao preço de subscrição original de R\$0,01 por lote de 1.000 ações, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), acrescido de juros de 8,0% a.a., contados de maio de 2004 até a data do efetivo exercício das opções. Em 23 de março de 2006, 76.385.697.078 opções de subscrição de ações ordinárias não alocadas foram canceladas.

Do total remanescente de ações existentes no plano, 207.632.034.609 ações foram subscritas, existindo ainda opções para a subscrição de 196.899.563.634 de ações até 3 de maio de 2009. Esse montante ainda não subscrito representa 0,4% de diluição dos acionistas.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro líquido do exercício	177.470	359.651
(-) Ajuste de exercícios anteriores	(3.932)	(2.985)
(-) Reserva legal	(8.676)	(17.833)
Base de cálculo	164.862	338.833
Dividendos mínimos obrigatório – 25%	41.216	84.833
Dividendos Complementares – 75%	123.676	-

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos dividendos propostos pela Companhia é como se segue:

Em 1º de janeiro de 2005	-
Dividendos:	
Declarados	84.833
Em 31 de dezembro de 2005	84.833
Dividendos:	
Declarados	164.862
Pagos	(84.795)
Em 31 de dezembro de 2006	164.900

22 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o exercício de 2006, os administradores perceberam remuneração a título de honorários no montante de R\$5.081 (R\$4.332 em 2005), contabilizados como despesa com pessoal e administradores.

23 PARTES RELACIONADAS

	2006	2005
Dívida com Eletrobrás (a)	309.502	266.704
Encargos dívida Eletrobrás – despesa (a)	22.878	20.350
FASCEMAR (a)	28.468	27.412
Encargos dívida Fascalmar – despesa (a)	4.244	4.272

(a) Vide Nota Explicativa 14.

24 FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 31 de dezembro de 2006, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	2006			2005		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil
Residencial	1.150.936	1.202.396	416.194	1.080.495	1.127.170	342.445
Industrial	9.566	396.349	116.159	9.262	441.741	109.206
Comercial	99.249	590.312	233.822	94.176	552.358	192.125

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Rural	71.626	114.917	27.032	54.119	108.038	21.929
Poder Público	15.325	203.791	79.480	14.310	188.401	65.783
Iluminação Pública	458	200.927	42.510	423	179.729	33.338
Serviço Público	1.515	204.550	55.230	1.336	190.321	45.557
Consumo Próprio	202	4.182	-	278	5.001	-
Suprimento - MAE e CEPISA			5.163			1.092
Baixa Renda			59.068			46.241
RTE			(1.435)			(19.179)
Enc. Capacidade Emergencial			(72)			13.113
Outras			13.563			11.033
RTD			45.647			21.502
CVA - PLPT			24.185			-
Total	1.348.877	2.917.424	1.116.546	1.254.399	2.792.759	884.185

(*) Informações não revisadas pelos auditores.

25 RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2006			2005	
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas Administrativas	Total	Total
<u>Custos/Despesas Operacionais</u>					
Pessoal	13.104	13.684	28.338	55.126	56.948

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Material	3.704	886	283	4.873	5.648
Serviços de terceiros	21.258	26.446	11.342	59.046	59.905
Conta para consumo de combustível - CCC	33.871	-	-	33.871	22.721
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4.314	-	-	4.314	4.419
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	1.783	-	1.783	1.401
Prog. de Efic. Energética e Pesq. e Desenvolvimento	7.298	-	-	7.298	4.963
Energia elétrica comprada para revenda	242.136	-	-	242.136	215.030
Encargos de uso do sistema de transmissão	47.178	-	-	47.178	47.569
Depreciação e amortização	53.477	-	3.423	56.900	49.855
Arrendamento e aluguéis	595	1.552	761	2.908	2.278
Provisões	-	17.376	(3.504)	13.872	20.077
Outros	16.416	19.645	3.122	39.183	35.909
Resultado Financeiro				40.904	21.651
TOTAL	443.351	81.372	43.765	609.392	548.374

26 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

a) Características do Plano de Aposentadoria:

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Hoje, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Em 2006, o valor importou em R\$1.607 (R\$1.933 em 2005).

b) Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a partir do exercício de 2001 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

Conforme alternativa prevista pelo citado normativo, a CEMAR optou pelo reconhecimento do passivo nos resultados pelo período de 5 anos, a partir de 2002. Em 31 de dezembro de 2005, a CEMAR possuía contabilizado saldo R\$11.019 para fazer face às obrigações com a patrocinada. Este montante foi totalmente revertido em 31 de dezembro de 2006, uma vez que os cálculos atuariais efetuados naquela data, de acordo com a Deliberação nº 371 da CVM, não indicaram a existência de passivo atuarial.

Abaixo apresentamos as informações requeridas pela Deliberação nº 371/00 da CVM:

Avaliação dos Ativos/(Passivos)	2006	2005
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(88.541)	(124.068)
Valor justo dos ativos	73.184	97.384
Valor do custo do serviço passado	(15.357)	(26.684)
Valor líquido das perdas não reconhecidas	-	(9.427)
Obrigações atuariais reconhecida no balanço	28.453	29.487
Ativo/Passivo líquido a ser reconhecido no resultado dos próximos dois exercícios	13.096	(6.624)
	2.007	2.006
	2.007	2.006
Custo do serviço corrente	(14)	(2.956)
Custo dos juros	(9.531)	(12.704)
Rendimento esperado do ativo do plano	10.014	9.972
Amortização do custo do serviço passado	13.096	(6.624)
Contribuição do empregado	90	1.293
Total	13.655	(11.019)

Premissas atuariais

Taxa para desconto da obrigação atuarial:	11,30% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano:	14,45% a.a.
Índice de aumento salarial estimado:	6,05% a.a.
Índice de aumento dos benefícios estimado:	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	At-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light (média)
Taxa de rotatividade esperada:	nula

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Probabilidade de ingresso em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

27 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações e Estoques	1/1/2007	96.767	292
Responsabilidade Civil Geral - Operações	1/1/2007	1.000	90
Automóvel RCF-V	31/1/2007	836	40

A CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS – INSTRUÇÃO CVM Nº 235

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, ao valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

A valorização, dos principais instrumentos financeiros são as seguintes:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ATIVO:

Disponibilidade e Contas a Receber

Os valores de tais instrumentos aproximam-se do valor de mercado devido aos seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO:

Empréstimos e Financiamentos

Estas operações de crédito no país e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço, seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31 de dezembro de 2006, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

29 FATORES DE RISCO – INSTRUÇÃO CVM Nº 235

Em 23 de março de 1995, a CVM, através da Instrução nº 235, estabeleceu os mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, dos fatores de risco da Companhia e do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

A CEMAR tem como atividade o fornecimento de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Maranhão. Seus principais fatores de riscos são:

- Risco de Crédito: Os altos valores, bem como as idades dos recebíveis constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da CEMAR. A Administração acompanha as situações em aberto e registra provisões para os casos necessários de acordo com a orientação da ANEEL;
- Risco de Mercado: Conforme regulamentação do Decreto Lei nº 5.163 de 30 de junho de 2004, a CEMAR deverá adquirir energia necessária para atender o seu mercado em 100% de cobertura contratual, através de contratos existentes (inicial e leilão de 2002) e leilão do ambiente regulado. Desta maneira, a configuração do mercado de energia, principalmente relativo a um eventual acréscimo na demanda em 2006, representa um risco para a CEMAR. Adicionalmente, deve ser observado o contexto atual dos valores a receber em decorrência das transações no CCEE;
- Risco de Taxa de Juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam a sua opção por taxas flutuantes;

- Risco de Vencimento Antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses *covenants* pode implicar em vencimento antecipado da dívida; e
- Risco quanto à Escassez de Energia: A energia adquirida e vendida pela Companhia é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

30 REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observados pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas, previstas nos termos da legislação.

Em conseqüência, as principais alterações introduzidas foram:

- Blindagem da Base de Remuneração Regulatória – BRR aprovada no ciclo anterior (BRR anterior);
- Expurgo de baixas ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos;
- Atualização dos valores remanescentes da BRR anterior pelo IGP-M;
- Consideração dos efeitos da depreciação acumulada ocorrida entre as datas-base do 3º e 4º ciclos; e
- Adições dos ativos ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos.

Destaque-se, também, o tratamento fixado ao saldo da conta Obrigações vinculadas à Concessão (Nota 12), que passarão a ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação dos

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

demais ativos em serviço, mediante a utilização de uma taxa média, a partir da próxima revisão tarifária periódica (2º ciclo), de forma que tal depreciação passe a anular os efeitos da depreciação dos bens a ela vinculados, incorporados ao Imobilizado em Serviço, e não será considerada na formação da tarifa a partir do próximo ciclo tarifário, como ocorria no passado.

A taxa de remuneração dos ativos remuneráveis, definida com base no custo médio ponderado de capital (WACC), foi revista, passando de 11,26 % para 9,98%, em termos reais, já descontada a inflação e os impostos.

A Companhia encontra-se avaliando detalhadamente os impactos dessa normatização nos seus negócios, razão pela qual, neste momento, não procedeu à estimativa dos efeitos sobre as demonstrações financeiras.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Em 9 de janeiro de 2007 ocorreu a primeira liberação de recursos do financiamento obtido pela CEMAR junto à Eletrobrás no valor total de R\$58.000. A primeira liberação correspondeu a 10% do contrato, ou seja R\$5.800. O contrato de empréstimo foi assinado em 22 de novembro de 2006, e está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano, e seu prazo total é de 7 anos, com carência de 2 anos e amortização de 5 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação de receita, e se destinam a financiar os custos diretos de investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer.

(b) No dia 19 de janeiro de 2007, a CEMAR protocolou na Comissão de Valores Mobiliários pedido de registro de distribuição pública de debêntures da 3ª emissão da CEMAR ("Emissão"). Os recursos captados com a emissão de aproximadamente R\$250.000, podendo chegar a aproximadamente R\$337.500 através do exercício do Green Shoe e do Hot Issue, serão utilizados prioritariamente para pré-pagamento de dívidas existentes que apresentam condições mais onerosas para a Companhia, e, no caso de haver recursos excedentes, para implementação de programa de investimento da CEMAR. As Debêntures não são conversíveis em ações, com regime de colocação em melhores esforços, tem amortização programada para 6 anos (20% no final do 4º ano, 20 % no final do 5º ano e 60% no final do 6º ano) e custo esperado de até 106,0% do CDI.

(c) Em 31 de janeiro de 2007, foram emitidas 7.430.172.212 ações ordinárias do capital social da CEMAR, ao preço de R\$0,014093 por lote de mil ações, por conta dos beneficiários do seu Plano de Opção de Compra de Ações. Desta forma, o capital subscrito e integralizado foi aumentado em R\$105, passando para R\$157.727, estando representado por 15.959.142.617.475 ações ordinárias, 123.923.178.175 ações preferenciais da Classe A,

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

sem direito a voto, e 162.572.922.331 ações preferenciais da Classe B, sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 e 2005

<u>ATIVO</u>	2006	2005
<u>CIRCULANTE</u>	471.974	398.405
Numerário Disponível	51.614	22.210
Aplicações em Mercado Aberto	147.829	132.086
Consumidores e Revendedores	198.299	163.798
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.177)	(26.435)
Baixa Renda	11.273	9.167
Serviços Pedidos	4.660	876
Impostos a Recuperar	21.009	19.543
Créditos Fiscais diferidos - IR/CSLL	23.644	21.480
Estoques	8.235	3.358
Pagamentos Antecipados	33.698	44.299
Outros Créditos a Receber	1.890	8.023
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	1.060.644	903.317
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>	335.461	274.351
Consumidores e Revendedores	15.719	16.537
Impostos a Recuperar	34.231	17.337
Créditos Fiscais diferidos - IR/CSLL	206.355	237.801
Pagamentos Antecipados	79.156	2.676
<u>PERMANENTE</u>	725.183	628.966
Investimentos	221	221
Imobilizado	1.080.996	817.507
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço	(356.034)	(188.762)
TOTAL DO ATIVO	1.532.618	1.301.722

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 e 2005

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	2005
<u>CIRCULANTE</u>	475.428	344.849
Fornecedores	157.579	117.306
Folha de Pagamento	409	684
Provisão de Férias e encargos	15.971	11.360
Encargos das Dívidas	1.244	199
Debêntures	6.417	6.263
Empréstimos e Financiamentos	37.580	25.321
Taxas Regulamentares	5.996	2.634
Tributos e Contribuições Sociais	40.887	55.540
Dividendos Propostos	164.900	84.833
Provisão para Contingências	3.954	575
Taxa de Iluminação Pública	9.160	6.475
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	18.015	7.826
Outros	13.316	25.833
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	602.411	529.980
Debêntures	11.098	17.458
Empréstimos e Financiamentos	538.147	455.100
Entidade de Previdência Privada	-	11.019
Tributos e Contribuições Sociais	17.881	2.314
Provisão para Contingências	35.285	44.089
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	454.779	426.893
Capital Social	157.622	155.000
Reservas de Capital	16.648	60
Reservas de Lucro	280.509	271.833
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.532.618	1.301.722

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL	1.116.546	884.185
Fornecimento de Energia Elétrica	1.099.746	870.797
Suprimento de Energia Elétrica	5.163	1.031
Encargo de Capacidade Emergencial	(72)	1.399
Outras Receitas	11.709	10.958
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(260.950)	(218.741)
ICMS sobre Venda de Energia Elétrica	(152.711)	(125.964)
PIS e COFINS	(97.199)	(71.068)
Cota para RGR	(10.586)	(10.894)
ISS	(551)	(429)
Encargo de Capacidade Emergencial	97	(10.386)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	855.596	665.444
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(443.351)	(413.040)
Custo da Energia Elétrica	(289.314)	(262.599)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(242.136)	(215.030)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(47.178)	(47.569)
Custo da Operação	(153.782)	(148.074)
Pessoal	(13.083)	(27.126)
Material	(3.534)	(3.512)
Serviços de Terceiros	(21.197)	(30.321)
Depreciação e Amortização	(53.477)	(47.954)
Cota de Consumo de Combustível - CCC e CDE	(38.185)	(27.140)
Arrendamentos e Aluguéis	(595)	(537)
Outros	(23.711)	(11.484)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(255)	(2.367)
Pessoal	(21)	(306)
Material	(171)	(1.044)
Serviços de Terceiros	(61)	(981)
Depreciação e Amortização	-	(2)
Arrendamentos e Aluguéis	-	(6)
Outros	(2)	(28)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO (a transportar)	412.245	252.404
LUCRO OPERACIONAL BRUTO (transporte)	412.245	252.404

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2006	2005
DESPESAS OPERACIONAIS	(125.137)	(113.682)
Despesas com Vendas	(63.996)	(48.922)
Despesas Administrativas	(31.627)	(31.394)
Honorários dos Administradores	(8.580)	(6.681)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda com Créditos Incobráveis	(17.376)	(16.955)
Provisão (Reversão) de Contingências	3.504	(3.122)
Depreciação e Amortização	(3.423)	(1.899)
Outras Despesas Operacionais	(3.639)	(4.709)
RESULTADO DO SERVIÇO	287.108	138.722
RESULTADO FINANCEIRO	(40.904)	(21.652)
Rendas Financeiras	46.055	41.051
Acréscimo Moratório de Energia Vendida	7.044	19.421
Encargos de Dívidas	(13)	(17)
Variações Monetárias e Cambiais	(9.659)	(1.930)
Juros dos Empréstimos e Financiamentos	(73.556)	(75.928)
Outras	(10.775)	(4.249)
RESULTADO OPERACIONAL	246.204	117.070
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(4.381)	706
Receita não operacional	1.037	872
Despesa não operacional	(5.418)	(166)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	241.823	117.776
PROVISÕES DE IMPOSTOS	(64.353)	241.875
Contribuição Social	(9.317)	(4.614)
Imposto de Renda	(25.754)	(12.792)
Impostos Diferidos	(29.282)	259.281
LUCRO DO EXERCÍCIO	177.470	359.651
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)	0,01093	0,02244
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO	16.238.208.545.769	16.030.576.511.162

Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios de 2006 e 2005

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2006	2005
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	177.470	359.651
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	56.900	49.855
Variações Monetárias Cambiais	23.588	6.973
Contingências	7.515	2.019
PDD	4.612	(31.571)
Reversão de provisão para déficit da FASCEMAR - Deliberação CVM nº 371	(11.019)	852
Reposicionamento Tarifario Diferido-RTD	(45.647)	(21.502)
CVA	(9.334)	35.854
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	29.282	(259.281)
Outros	(6.768)	54.373
	49.129	(162.428)
Variações nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo:		
Consumidores, concessionárias e outras contas a receber	(49.485)	(15.603)
Almoxarifado	(4.877)	(553)
Impostos a recuperar	(18.360)	(14.825)
Pagamentos antecipados e Créditos CVA	(5.325)	(20.889)
Serviços pedidos e outros	154	2.291
Baixa Renda	(2.106)	(1.511)
Ativo Regulatório	(3.789)	15.151
	(83.788)	(35.939)
Variações nas contas do passivo circulante e exigível a longo prazo:		
Fornecedores	40.273	45.658
Tributos e Contribuições Sociais	23.895	11.774
Obrigações estimadas, folhas de pagamento e TIP	7.022	4.679
Provisão para Contingências	(8.900)	(13.745)
Dividendos	(84.794)	-
Programa de Eficientização	10.189	7.826
CVA Passiva	5.855	(17.322)
Outros	(20.378)	3.025
	(26.838)	41.895
Total das Atividades Operacionais	115.973	203.180
Atividade de Investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado	(323.273)	(217.883)
Aquisições do investimento	-	(187)
Obrigações especiais	167.272	46.790
Total das Atividades de Investimento	(156.001)	(171.280)
Atividade de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	65.966	(21.327)
Integralização de capital	2.622	-
Incentivos fiscais	16.587	-
Total das atividades de financiamento	85.175	(21.327)
Disponibilidades geradas no exercício	45.147	10.573
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Caixa no início do exercício	154.296	143.723

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2006	2005
Caixa no final do exercício	199.443	154.296
Aumento nas disponibilidades	45.147	10.573

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

	<u>2006</u>		<u>2005</u>	
RECEITAS				
Receita de vendas de energia elétrica e serviços	1.116.546		884.185	
Provisões líquidas PDD/Contingências e Perda com créditos de clientes	(13.872)		(20.077)	
Resultado não operacional	(4.381)		706	
Subtotal	1.098.293		864.814	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada p/ revenda e Encargos do Uso da Rede	(289.314)		(262.599)	
Serviços de terceiros	(59.046)		(59.905)	
Materiais e matéria-prima para produção	(4.873)		(5.648)	
Subvenções de combustível - CCC e CDE	(38.185)		(27.140)	
Outros custos operacionais	(84.674)		(44.301)	
Subtotal	(476.092)		(399.593)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	622.201		465.221	
RETENÇÕES				
Quotas de reintegrações (depreciação e amortização)	(56.900)		(49.855)	
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.932)		(2.985)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	561.369		412.381	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	53.099		60.472	
Subtotal	53.099		60.472	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	614.468		472.853	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	2006	%	2005	%
Pessoal				
Remunerações	37.242	6,06	44.999	9,52
Encargos sociais (exceto INSS)	2.631	0,43	3.117	0,66
Entidade de previdência privada	1.475	0,24	2.724	0,58
Auxílio alimentação	4.379	0,71	4.559	0,96
Convênio assistencial e outros benefícios	2.647	0,43	3.249	0,69
Indenizações trabalhistas	10.105	1,64	6.230	1,32
(-) Transferências para Imobilizado	(12.455)	(2,03)	(18.690)	(3,95)
Subtotal	46.024	7,49	46.188	9,77
Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	9.102	1,48	10.760	2,28
Reversão e Contribuição de Imposto de Renda Diferido	64.353	10,47	(241.874)	(51,15)
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	227.448	37,02	218.990	46,31
Subtotal	300.903	48,97	(12.124)	(2,56)
Financiadores				
Encargos de dívidas e variações monetárias	94.003	15,30	82.124	17,37
Subtotal	94.003	15,30	82.124	17,37
Acionistas				
Dividendos Propostos	164.862	26,83	84.833	17,94
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	8.676	1,41	271.832	57,49
Subtotal	173.538	28,24	356.665	75,43
VALOR ADICIONADO	614.468	100,00	472.853	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	12
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	13
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	15
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	56/109